

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**OS ELEMENTOS CULTURAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Parintins - AM
2023

WINGLIS TEIXEIRA MACHADO

**OS ELEMENTOS CULTURAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia, pela Universidade do Estado do
Amazonas, apresentado como exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. MSc. Eliseu da Silva Souza.


WINGLIS TEIXEIRA MACHADO

**OS ELEMENTOS CULTURAIS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO
CURRÍCULO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia, pela Universidade do Estado do
Amazonas, apresentado como exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 11/09/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eliseu da Silva Souza (Presidente)
Universidade do Estado do Amazonas



Prof. MSc. Diego Omar da Silveira (Membro)
Universidade do Estado do Amazonas



Profª Dra. Simone Souza Silva (Membro)
Universidade do Estado do Amazonas

DEDICATÓRIA

*A mim mesmo que por muitas vezes pensei
que não seria capaz de alcançar meus objetivos.
Aos meus pais Edilson Machado e Maria de Nazaré Teixeira.
Aos meus irmãos Victor Gabriel Machado e Paôla Souza.
Aos meus amigos.
Aos professores e alunos de todos os níveis da Educação.*

AGRADECIMENTOS

*Agradeço primeiramente a **vida** e ao **destino** por terem traçados bons caminhos a mim e por terem me direcionado à educação quando eu estava com tantas dúvidas no Ensino Médio sobre o que cursar a partir dali.*

*Estendo minha gratidão a todos os **meus professores** que contribuíram nessa minha trajetória estudantil desde a Educação Infantil até agora no Ensino Superior. Profissionais exemplares que me influenciaram a traçar esse caminho e discutir sobre a educação.*

*Agradeço principalmente aos meus pais, **Edilson Machado** e **Maria de Nazaré Teixeira** por todo apoio financeiro e emocional quando eu precisei. Foram pessoas que fizeram toda a diferença em minha vida e são os motivos pelos quais busco alcançar os meus objetivos para que, por conseguinte eu possa ajudá-los como forma de gratidão. Neste meio familiar, também sou grato ao meu irmão **Victor Gabriel Machado** que apesar de ser uma criança, teve sua participação no meu processo acadêmico me emprestando materiais quando eu já estava sem, este também me ajudou cortando E.V.A entre outros serviços. Agradeço a minha irmã **Paôla Teixeira** pelas “caronas” até a Universidade e pelas maquiagens emprestadas quando tinha alguma apresentação de seminário.*

*Aos meus amigos da vida e às amigadas que construí no CESP-UEA, em especial a **Beatriz Marinho**, **Davi Matos**, **Elisa Passos**, **Thainara Pinheiro** e também **Valéria Mendonça**, que me proporcionaram momentos de muita alegria e descontração em momentos conturbados da faculdade. Agradeço a toda a turma **Ped.19** pelos bons momentos e pelas parcerias que tinham excelentes resultados em qualquer projeto que vínhamos a fazer. Estendo também a minha gratidão a uma pessoa especial de nossa turma, a nossa representante **Acleísia Tavares** que foi uma pessoa maravilhosa a todos nós e que sempre nos orientou quando precisávamos.*

*Neste percurso acadêmico tive excelentes professores que contribuíram em minha formação acadêmica e a eles sou grato, em especial a professora **Dra. Simone Silva** por ser uma mulher maravilhosa e acolhedora e por ter compartilhado muitos saberes conosco. À professora **Dra. Ângela Figueiredo** por ser uma profissional brilhante e que nos influencia a sermos melhores profissionais a cada dia, buscando mais conhecimento e qualificação para a consolidação de um ensino de qualidade. Ao meu excelentíssimo professor orientador **MSc. Eliseu Silva** pela parceria neste trabalho e por nos influenciar a sermos melhores educadores, refletindo politicamente acerca de nossa realidade educacional. A ele agradeço por cada contribuição, sugestão e também pela paciência em me orientar quando eu estava todo atrasado correndo contra o tempo.*

*Por fim, em resumo quero agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram em minha vida de alguma forma, sobretudo, nessa minha trajetória acadêmica, a qual também sou grato a todo o **Centro de Estudos Superiores de Parintins** e a **Universidade do Estado do Amazonas** por todo suporte me dado. Gratidão.*

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a relação da interface currículo-cultura na educação, elencando a contribuição dos elementos culturais presentes nesse processo de formulação e adaptação deste instrumento socioeducativo que é o currículo. O objetivo geral deste estudo tem como finalidade analisar os elementos culturais constituintes em uma comunidade periurbana de Parintins-AM e sua relação no processo de construção do currículo escolar. Para contribuição deste estudo, nos apropriamos dos escritos de autores como Lopes; Macêdo (2011), Silva (2014), Santos (2006); Sanches (1999) entre outros. Neste sentido, buscou-se apresentar as definições e pressupostos da cultura e do currículo e suas finalidades na educação. Para o desenvolvimento e consolidação deste trabalho, utilizou-se a pesquisa de natureza qualitativa, com parâmetros etnográficos, onde por meio de entrevistas semiestruturada com sujeitos pesquisados, observou-se a importância da implementação de um currículo na perspectiva multicultural nas escolas, que tem como objetivo contemplar as características culturais de determinado lugar e incluí-los na prática em sala de aula por intermédio de atividades que valorizem a diversidade étnica e social presente nas instituições de ensino, mas que muitas vezes são restritas e discriminadas por currículos monoculturais ao impor uma educação comum, arraigada a um ensino mercadológico, capitalista e excludente.

Palavras-chave: Currículo. Cultura. Educação.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the relation of the curriculum-culture interface in education, listing the contribution of the cultural elements present in this process of formulation and adaptation of this socio-educational instrument that is the curriculum. The general objective of this study is to analyze the constituent cultural elements in a peri-urban community of Parintins-AM and their relationship in the construction process of the school curriculum. To contribute to this study, we appropriated the writings of authors such as Lopes; Macêdo (2011), Silva (2014), Santos (2006); Sanches (1999) among others. In this sense, we sought to present the curricular definitions and assumptions and their purposes in education. For the development and consolidation of this work, qualitative research was used, with ethnographic parameters, where through semi-structured interviews with researched subjects, it was observed the importance of implementing a curriculum in the multicultural perspective in schools, which has as aims to contemplate the cultural characteristics of a given place and include them in practice in the classroom through activities that value the ethnic and social diversity present in educational institutions, but which are often restricted and discriminated against by monocultural curricula when imposing an education common, rooted in a marketing, capitalist and excluding education.

Keywords: Curriculum, Culture, Education.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 01 – Paisagem natural da comunidade Santa Terezinha do Aninga..... | 35 |
| Imagem 02 – Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga. | 36 |
| Imagem 03 – Placa de conscientização ambiental produzida..... | 41 |
| Imagem 04 – Alunos da Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga participando | 44 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO | 13 |
| 1.1 Os conceitos de cultura e seus estágios | 13 |
| 1.2 Pressupostos curriculares e a educação escolar | 19 |
| 1.3 O currículo e o multiculturalismo na escola..... | 27 |
| CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO | 31 |
| CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 34 |
| 3.1 Conhecendo o contexto da pesquisa..... | 34 |
| 3.2 O conceito de cultura do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa | 36 |
| 3.3 Os elementos culturais pertencentes a comunidade de santa terezinha do aninga | 41 |
| 3.4 Currículo: o fio condutor das práticas pedagógicas no âmbito escolar | 47 |
| 3.5 Multiculturalismo como componente curricular em sala de aula..... | 53 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| REFERÊNCIAS | 61 |
| ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento – TCLE | 63 |

INTRODUÇÃO

Concebida como um mecanismo de transformação social e transmissora de cultura, a educação escolar tem como objetivo a formação humana, auxiliando no pleno desenvolvimento integral das pessoas e por meio do acesso ao conhecimento o estudante pode desenvolver suas habilidades e se preparar para sua atuação em sociedade, sobretudo no ingresso ao mercado de trabalho. Historicamente, tais pressupostos têm se fortalecido durante o desenvolvimento das atividades escolares, onde, por meio do currículo escolar, objetivos e metas são esperados com o intuito de alcançar um progresso educacional satisfatório em que estudantes e a sociedade, de modo geral, possam ser beneficiados.

O currículo escolar está diretamente ligado à interface da cultura e educação, tendo em vista que a educação é transmissora da cultura, onde saberes, crenças, ideologias e outros elementos constituem esse espaço de socialização e aquisição de conhecimentos fundamentais para nossas vidas. Uma das funções do currículo na educação é a garantia das manifestações culturais no âmbito escolar, onde através de um ensino laico, democrático e justo culturas podem ser evidenciadas no sentido de garantir a prática pelo respeito a diversidade cultural presente nas instituições de ensino.

Na teoria, essa interface entre a cultura e a educação se estabelece de forma harmoniosa e pacífica, porém, o atual dilema no ensino nos revela uma realidade paralela a esse pressuposto utópico, uma vez que, ao adentrarmos em uma instituição de ensino, nos deparamos com um espaço socializador, plural e diversificado culturalmente; fenômenos que apesar de serem comuns na realidade escolar acabam por constituírem-se, em muitos momentos, ignorados pelos currículos e por práticas pedagógicas adotadas em sala de aula.

Neste sentido, observa-se que em muitas escolas, sobretudo as localizadas em espaços rurais e periurbanos, não há a valorização dos elementos culturais praticados nestas localidades tendo em vista que os currículos adotados por estas escolas seguem parâmetros inadequados com as vivências e necessidades dos estudantes que são submetidos a currículos excludentes que privilegiam conteúdos que não contemplam a singularidade dos educandos nestes espaços mais afastados do perímetro urbano.

Os elementos culturais praticados em comunidade constituem as características de inúmeras sociedades e estas refletem nas práticas pedagógicas de várias escolas em diferentes contextos. Porém, nem sempre se efetivaram nos currículos escolares. Desta forma, a presente pesquisa busca evidenciar essa desvalorização cultural por parte dos currículos nas escolas, sobretudo em ambientes distantes do contexto urbano, como por exemplo na Escola Municipal

Santa Terezinha do Aninga – educandário que serviu como lócus da presente pesquisa, localizado em uma área periurbana do Município de Parintins-AM.

Este estudo teve como objetivo geral analisar a relação dos elementos culturais constituintes em uma comunidade periurbana e sua relação no processo de construção do currículo escolar. Para tal, incluímos também como objetivos específicos: i) evidenciar os elementos culturais identificados pelos sujeitos pertencentes a uma comunidade periurbana do município de Parintins; ii) verificar como os sujeitos pertencentes à comunidade e a escola periurbana pesquisada conceituam cultura; iii) observar como ocorre o processo de construção do currículo escolar e quais conceitos professores atribuem a este elemento pedagógico; iiiii) destacar a relação dos elementos culturais com a prática pedagógica em sala de aula em uma escola periurbana de Parintins. Desta forma, o presente estudo visa destacar essa relação entre o currículo e a cultura na educação.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro refere-se ao referencial teórico que apresenta três tópicos que auxiliam na compreensão do objetivo desta pesquisa. O tópico intitulado “Os conceitos de cultura e seus estágios” visa realizar inicialmente uma restrospectiva histórica do processo de desenvolvimento do homem em meio a natureza, tendo em vista que um dos primeiros conceitos atribuídos à cultura, refere-se a essa íntima relação do homem com o espaço natural, que se originou a partir da Era Paleolítica onde homínídeos lutavam por sobrevivência. Neste tópico buscamos evidenciar ainda as transformações socioeconômicas que influenciaram diretamente nos conceitos de cultura que foram se definindo por estágios. Para a discussão deste tópico nos apropriamos dos estudos de Sanches (1999), Eagleton (2005), Arantes (1990), Santos (2006) e outros autores que realizam este debate sobre a cultura.

O tópico intitulado “Pressupostos Curriculares e a Educação Escolar” visa apresentar as definições do currículo através de suas nuances e funções deste nas práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula nas escolas. Buscamos evidenciar também as perspectivas e os pressupostos teóricos que definem os rumos da educação escolar por meio da introdução dos currículos que influenciam diretamente nos resultados do ensino. Autores como Lopes; Macedo (2010), Silva (2014), Libâneo; Oliveira; Toschi (2008) fazem parte dessa discussão curricular neste tópico.

Por fim, o último tópico do capítulo I, intitulado “O Currículo e o Multiculturalismo na Escola”, tem como objetivo alertar sobre a importância da valorização de currículos multiculturais, que venha a contemplar a realidade cultural dos sujeitos da aprendizagem. Neste tópico elencamos que a exclusão do currículo multicultural é pertinente, pois combate a

discriminação e o desrespeito pela diversidade cultural presente nos educandários e que devem ganhar mais visibilidade em meio a execução de atividades em sala de aula.

O segundo capítulo desta pesquisa apresenta os procedimentos metodológicos que auxiliaram na execução da obtenção dos dados para a discussão e análise dos mesmos. Através do meio da pesquisa de natureza qualitativa, do tipo etnográfica e com método de abordagem dialético, buscou-se compreender a subjetividade dos sujeitos pesquisados que contribuíram com este estudo por meio de uma entrevista semiestruturada.

No terceiro capítulo apresentamos os dados obtidos nesta pesquisa, analisando as respostas dadas pelos participantes que contribuíram com esse estudo, relacionando tais falas com autores que dialogam sobre o que foi comentado. Os resultados obtidos nos revelaram que há uma certa ênfase dos elementos culturais produzidos na comunidade pesquisada em sala de aula, onde por meio de atividades professores buscam contextualizá-las com a realidade sociocultural daquele espaço, no entanto, acreditamos que tal prática deve ser ainda mais valorizada pelos professores que ao realizarem tal feito contribuem na valorização identitária dos alunos, promovendo um ensino dinâmico e significativo.

Acreditamos que tal estudo contribui na prática reflexiva de se analisar minuciosamente as pretensões curriculares frente ao desenvolvimento das atividades escolares. Por ser uma importante ferramenta pedagógica nas escolas, o currículo deve receber uma atenção maior por parte dos profissionais da educação que fazem parte desse processo de construção e adaptação deste artefato social que tem influenciado diretamente os resultados no ensino.

CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Os conceitos de cultura e seus estágios

No planeta Terra estima-se que há mais de 8 bilhões de pessoas, tornando-o plural e diversificado. Cada nação constituinte exerce diferentes modos, tradições, costumes, direitos e deveres e isso tem se resumido a uma única palavra: cultura. Este termo refere-se aos conjuntos de elementos culturais que são praticados cotidianamente por todas as pessoas em diferentes lugares, haja vista que “[...] cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos.” (Santos, 2006, p. 08).

Apesar deste breve conceito apresentado, a definição de cultura é diversificada e relativa, uma vez que os hábitos comportamentais das populações não são padronizados e uniformes, o que impossibilita a uma única e exclusiva definição. Vale ressaltar que “[...] o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas.” (Santos, 2006, p. 08).

Para se obter uma compreensão sobre o que é cultura e seus estágios de definição, é necessário que façamos uma retrospectiva histórica do desenvolvimento da humanidade que se dá a partir das descobertas de técnicas difundidas para a sobrevivência dos homínidos no período Paleolítico da Pré-História.

De acordo com a história da humanidade, o raciocínio lógico introduzido ao homem se deu por meio de experiências advindas da necessidade de sobreviver. Durante o período da Pré-História, sobretudo na Era Paleolítica, o homem desenvolveu inúmeras habilidades que fez com que o mesmo evoluísse o seu intelecto que se originou por meio de análises de suas ações que consistia exclusivamente em suprir suas necessidades, principalmente a fome e as baixas temperaturas em algumas regiões do planeta.

Através de ferramentas desenvolvidas, o homem amplia suas técnicas de caça e passa a ter mais domínio de suas novas habilidades. Com a descoberta do fogo, os sujeitos pré-históricos aperfeiçoam seus domínios com este novo modo de vida, modificando seus comportamentos.

Através destas novas descobertas e técnicas adquiridas, nota-se que “[...] o homem vai apropriando-se da natureza, transformando-a em utensílios, em objetos cada vez mais complexos” (Sanches, 1999, p. 25) e, assim, altera consideravelmente a sua realidade, remodelando o seu espaço e deste modo produzindo novos elementos culturais, uma vez que se adaptou a um novo modo de vida. Sobre esta temática pode-se afirmar que:

É justamente a apropriação e transformação da natureza em objetos e bens que o homem passa a utilizar e anexar ao seu universo, criando pouco a pouco um mundo novo, totalmente artificial, que chamamos cultura. E somente o homem foi capaz de produzir cultura, pois a ela é inerente o constante aperfeiçoamento e a diversidade de utilização, que só o raciocínio é capaz de proporcionar. Então cultura é tudo o que homem fez, criou, descobriu, transformou e aperfeiçoou desde que ele iniciou esse procedimento. (Sanchez, 1999, p. 27-28).

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que uma das primeiras definições sobre cultura está atrelada a relação que há entre o homem e suas alterações e por conseguintes adaptações na natureza. É o que confirma Santos (2006, p. 27) ao dizer que “cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *Colere*, que quer dizer cultivar.”. Logo, as mutações na paisagem tornam-se elementos culturais, uma vez que a ação contínua de exploração se tornou um hábito corriqueiro na vida dos seres humanos, o que corrobora na afirmativa de que cultura também é a ação de domínio das técnicas de aperfeiçoamento de um espaço.

Com o passar do tempo, tais alterações nas paisagens naturais acabaram por desencadear diferentes impactos, principalmente os ambientais, consolidando a prática de uma “cultura de exploração”, no qual acarretou em inúmeros problemas ao meio ambiente e que muito tem se discutido nos dias atuais. Entretanto, foi por meio desta ação explorativa de terras que o homem se desenvolveu e adquiriu experiências significativas para a consolidação das sociedades em diferentes regiões da Terra. Segundo Sanchez (1999, p. 30):

[...] o homem vai [...] domando a natureza, moldando-a, colocando-a a seu serviço. Por conseguinte, hábitos, costumes, indumentárias, crenças religiosas, que se manifestam através de cânticos e danças e tudo mais que o homem constrói ou cria, encontra uma estrita relação com a natureza do ponto geográfico em que ele se encontra, dando origem a uma cultura com características peculiares, inerentes àquela região.

Essa relação homem-natureza por muito tempo foi concebida como definição exclusiva de cultura. Eagleton (2005) relaciona esta palavra ao cuidado com o campo e a lavoura, e para ele o conceito de cultura é derivado da própria natureza. “Se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e que o mundo nos faz.”. (Eagleton, 2005, p. 13).

Além de modificar o seu espaço, o ser humano por meio de suas ações altera a si mesmo e tem a capacidade de se reconstruir de modo mais evolutivo e próspero. Ele observa,

questiona, age reflexivamente e toma uma atitude referente ao que se passa em seu meio, cada vez mais raciocina e se desenvolve de maneira integral, aperfeiçoando aquilo que descobre e materializa, agora é um sujeito auto cultural. Eagleton (2005, p. 16) também enfatiza que:

Sendo a cultura entendida como autocultura, estabelece-se uma dualidade entre faculdades mais e menos elevadas, vontade e desejo, razão e paixão, que aquela se oferece instantaneamente para ultrapassar. Agora, a natureza já não é apenas a matéria do mundo, mas a perigosamente apetecível matéria do eu. Tal como a cultura, a palavra significa quer o que está a nossa volta, quer o que existe dentro de nós, [...]. A cultura é, assim, uma questão de autodomínio tanto quanto de auto-realização.

Conhecer a si mesmo e realizar uma ação introspectiva foi uma tarefa fundamental para que os sujeitos do passado se situassem no mundo e compreenderem que não cabe apenas modificar a natureza ao seu redor, mas modificar a si próprio, a fim de obter harmonia com as novas conquistas alcançadas e, por conseguinte, a obtenção progressista da consolidação dos futuros clãs e civilizações.

Com a formação de diferentes sociedades por todo o mundo, cada povo desenvolveu um meio ambiente a partir das características físicas de determinada região, assim, “modelos de vidas” são construídos e comportamentos são aderidos no que resulta em tradições que são passadas de geração a geração, seja de forma como sempre foi ou com uma nova “roupagem”, não tão diferente da original. “Esse meio ambiente humano, por nós produzido e no qual somos produzidos, é a **cultura**.” (Cortella, 2016, p. 40, grifo do autor).

Por meio da formação das civilizações os elementos culturais presentes em cada sociedade foram sendo cada vez mais valorizados e passaram a ganhar mais destaques e prestígio pelos próprios sujeitos que executavam tais manifestações. Entretanto, com a expansão das sociedades e fixação dos territórios e o desejo de domínio de novas terras para a agricultura e por conseguinte sobrevivência e lucros, começa a emergir a cultura do domínio, das posses, da liderança, surge as divisões sociais e as culturas hegemônicas passam a ser heterogênicas em virtude das diferenças de modos de vida que se estabelecem.

Com isso, as civilizações tornam-se cada vez mais diversificadas, com novos ideais, hábitos, comportamentos e técnicas. Sobre isso, Sanches (1999, p. 32) destaca que:

Criam-se diversos segmentos culturais, cada um com suas próprias características. Criam-se as culturas diversificadas que vão se especializando e dividindo em grupos os homens que se especializam em técnicas diferentes, que buscam atender determinadas necessidades daquele grupo social. Surgem assim os artesãos, os construtores, os agricultores, os médicos, os artistas, os líderes administradores, os comerciantes, os religiosos, e vão surgindo, cada

vez mais, novas especialidades e aquele mundo cultural cresce mais. Surgem assim as classes sociais.

No passado, o surgimento dos ofícios e técnicas sofisticadas contribuíram para a formação de culturas distintas e até mesmo excludentes. A consolidação das profissões de destaque como as de médicos, artistas e líderes administradores, por exemplo, fez com que grupos de pessoas em diferentes territórios assumissem a identidade de nobreza e de sofisticação.

Em contrapartida a esse conjunto de intelectuais, uma grande população também manifestava suas práticas trabalhistas e habilidades, no entanto, executavam-nas de forma explorativa e apenas como algo para aquisição de recursos, totalmente desvalorizada por aqueles que tinham poder e que ditavam o que era belo, esplêndido e valoroso para a época.

A cultura dos nobres foi definida como cultura erudita, esta foi estabelecida como arte, produto de manifestações sofisticadas e elitizadas produzidas por aristocráticos críticos que detinham de conhecimentos teóricos de diferentes instrumentos que resultava na exposição dos sentimentos ou reverência a algo, seja na música, no teatro ou na literatura.

A cultura erudita com o passar dos anos foi definida como a prática de bons costumes e apreço pela ordem na civilização. Agora, não caberia mais apenas ter um autoconhecimento de si, um apreço pelas refinadas notas consonantes das melodias e dos cânticos de óperas, da compreensão dos traços simétricos, etc. A cultura agora encontra-se em um novo estágio, está atrelada à moral, à política, à concretização de um modelo vital adequado aos indivíduos que buscam por uma certa perfeição, pelo homem belo. Arantes (1990, p. 09) enfatiza que a definição de cultura para pessoas pertencentes à elite refere-se a:

[...] atividades especializadas que tem como objetivo a produção de um conhecimento e de um gosto que, partindo das universidades e das academias, são difundidos entre as diversas camadas sociais como os mais belos, os mais corretos, os mais adequados, os mais plausíveis, etc.

Desta forma, de acordo com Arantes (1990), para ser uma pessoa culta na óptica dos nobres é necessário que o indivíduo esteja fadado de razão, de bom gosto, conhecimento e que tenha apreço pela informação e que munidos de tais atributos, certamente alcançarão o status de “ser civilizado”.

Ao adentrar ao contexto etimológico das palavras, Eagleton (2005) apresenta a ideia do sociólogo Raymond Williams que relaciona a palavra cultura à civilização e civilidade. Logo, seria a cultura o alcance ético de um progresso intelectual, espiritual e material criado pelos homens. Além desta ideia, Williams (1958 *apud* SILVA, 2014, p. 131) também acreditava

que a “[...] a cultura deveria ser entendida como o modo de vida global de uma sociedade, como experiência vivida de qualquer agrupamento humano.”.

Esse elo entre cultura, política, moral e agora ética ocasionou uma inferiorização social, uma vez que aqueles que não agiam de acordo com os modos estabelecidos pelo novo modelo aristocrático, estavam automaticamente fadados ao retrocesso, ao atraso, tornavam-se seres degradados e sem cultura, por fim eram caracterizados como pessoas não civilizadas por não praticarem o que fora imposto. Assim, surge então os primeiros impasses e conflitos sociais que extrapolam os aspectos econômicos e que adentram a um recinto de valor, de julgamento e de discriminação.

A busca pelo “status” torna-se cada vez maior. No entanto, este espaço de privilégios é para poucos – os que não têm são explorados e os que têm cada vez mais definem os rumos da sociedade subordinada por um novo meio econômico de produção, o capitalismo.

As diferenças sociais cada vez mais são explícitas nas hierarquias em diferentes sociedades pelo mundo. As divisões estabelecidas de certa forma foram fundamentais para novas perspectivas do conceito de cultura. Neste sentido, a cultura é “[...] um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla.”. (Silva, 2014, p. 133).

Essa exclusão ocasionada pela cultura erudita fez com que os grupos sociais marginalizados produzissem suas próprias culturas; o que ficou conhecido como cultura popular. Esta reúne diferentes manifestações artísticas e comportamentais de diversos povos. Segundo Arantes (1990) a cultura popular é vista por duas vertentes, sendo a primeira relacionada a aspectos de tecnologia que envolve as áreas do conhecimento e a outra destina-se as formas artísticas de expressão que engloba a literatura oral, a música, o teatro, etc.

A cultura popular expressa os elementos culturais de diferentes maneiras, seu significado não remete apenas ao âmbito artístico, mas busca exaltar as tradições em variados aspectos como a culinária, as crenças, os mitos, costumes, etc. Este conjunto de práticas culturais compõe o que é chamado de folclore. De acordo com Arantes (1990) um grande número de autores pensa a cultura popular como “folclore”; ou seja, como um conjunto de objetos, práticas e concepções (sobretudo religiosas e estéticas) consideradas “tradicionalistas”.

No contexto cultural brasileiro pode-se observar que a cultura popular é vasta e varia de acordo com as regiões. Ela é influenciada principalmente pelas culturas de matrizes africanas introduzida no país durante o processo de colonização e também pela cultura indígena expressa principalmente na região amazônica onde atualmente concentra-se o maior número de povos

originários do Brasil. A cultura lusitana também teve sua contribuição na formação da cultura popular brasileira, ela pôde ser evidenciada principalmente por meio da fé cristã trazida pela Companhia de Jesus, além de outros elementos composto pela cultura portuguesa eurocêntrica. Neste período de hibridização do Brasil, de acordo com Sanches (1999, p. 112):

[...] nasceram conceitos culturais literários, danças, músicas, manifestações culturais populares, artistas, que influenciados pelos negros, brancos e índios criaram manifestações culturais somente vistas e sentidas pelo povo daqui. Assim, ao longo desses cinco séculos, criou-se nesse chão uma cultura genuinamente brasileira.

Esses distintos modos de vida influenciaram nos elementos culturais do povo brasileiro. “Essa mistura de povos, raças e etnias deu origem a um povo diferente composto por uma mistura de culturas, o que não torna o país dividido”. (Cizoto; Diéguez; Pinto, 2016, p. 191). Essa massiva presença de cultura diversificada constitui uma só Nação. “O conceito de Nação refere-se a um grupo de indivíduos que ocupam um mesmo território e, em razão disso, possuem vínculos socioeconômicos e políticos e, principalmente, uma identidade comum.”. (Cizoto; Diéguez; Pinto, 2016, p. 191).

Atualmente, a cultura popular ganhou mais destaque e visibilidade e tem sido mais valorizada e suas características são fundamentais para a definição das identidades culturais de nosso povo. Os costumes, os credos, as tradições em si têm se materializado por meio de danças, músicas, teatro, poesias que passam a dar mais protagonismo ao povo simples que passou a contar sua própria história.

Atualmente vivemos em uma sociedade globalizada, e as distintas discussões de diferentes temáticas têm recebido mais visibilidade e novos conceitos são atribuídos a muito fenômenos – é o caso da definição de cultura, onde conceitos elitistas arraigados a concepções dos estudos tradicionais da antropologia têm sido rejeitados, dando espaço a culturas de minorias entre outras que por muito tempo foram subalternizadas. Logo, hoje em dia, podemos considerar cultura como:

[...] conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modos de agir e de se comportar adquiridos pelos seres humanos como membro de uma sociedade. Esse conjunto constitui o contexto simbólico que nos rodeia e vai formando nosso modo de pensar e de agir, isto é, nossa subjetividade. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, p. 319).

Ao longo das últimas décadas pôde-se observar distintas mudanças nas sociedades em diferentes âmbitos, tais como nos parâmetros tecnológicos, econômicos e políticos que por conseguinte influenciam na alteração estrutural de modos de vidas. Desta forma, podemos

afirmar que a cultura não é estática, pois ela é “[...] um sistema vivo em permanente processo de mudança como consequência da reinterpretação constante que os indivíduos e grupos que vivem nela fazem.”. (Sacristán; Gómez, p. 60). Logo, cultura é um intercâmbio de vivências entre os homens que passam a dá novos sentidos aos símbolos que os rodeia, onde é (re) criado novos elementos culturais que formam novos conjuntos de ações em comunidade na natureza.

1.2 Pressupostos curriculares e a educação escolar

Desde quando se tornou um objeto de pesquisa, a educação escolar passou a ser discutida por meio de diferentes perspectivas, o que resultou em inúmeros conceitos e teorias que definiram os rumos de ensino por todo o mundo. É importante ressaltar que “a educação não é a mesma em todos os tempos, e em todas as partes. Se considerarmos várias sociedades e várias épocas históricas, veremos que há diferentes tipos de educação e diferentes ideais educativos.”. (Piletti, 2004, p. 112).

Esse interesse por compreender e conceituar o que é educação e suas finalidades é uma discussão antiga que se inicia com os pensamentos dos grandes filósofos da Antiguidade como Sócrates, Platão, Aristóteles, entre outros, e tal discussão perdura até os dias de hoje com os pressupostos de pensadores contemporâneos que discorrem sobre a filosofia e sociologia da educação.

Segundo Piletti (2004) a prática do ensino tornou-se especializada na Idade Média, no qual foram desenvolvidos espaços apropriados para o compartilhamento de saberes que nesta época se caracterizavam como ensino dos bons costumes, da honra, da moral e dos princípios religiosos destinados aos filhos dos nobres. Libâneo; Oliveira; Toschi (2008) enfatizam que foi somente com o desenvolvimento do comércio e a partir da reurbanização que passou a emergir a necessidade de se aprender a ler, escrever e a contar.

Neste contexto, crianças que por muito tempo eram vistas como adultos em miniaturas e exerciam as mesmas funções que tal, passam a ter notoriedade e recebem uma atenção maior quanto a educação. Sobre esta perspectiva, Schramm; Macedo; Costa (2019, p. 45) relatam que:

Se na sociedade feudal a criança começava a trabalhar como adulto, logo que ultrapassava a faixa da mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser considerada alguém que precisa de cuidados, de escolarização e de preparação para o futuro. É desse entendimento que surgem as primeiras propostas de educação infantil.

Desta forma, a escola é idealizada como um ambiente socializador e espaço de compartilhamento de ideias e conhecimentos essenciais para o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais, morais e culturais, sobretudo ao público infantil que anteriormente teve o ensino negado.

Em virtude das discussões acerca da educação, sobretudo as de instrução por meio de instituições de ensino e devido aos primeiros avanços científicos na Idade Média, a escola tornou-se um meio de propagação das novas descobertas fundamentais ao desenvolvimento intelectual e integral dos homens, além de exercer funções sociais e econômicas que viriam a influenciar os rumos das sociedades. De acordo com Libâneo; Oliveira; Toschi (2008, p. 170):

A escola em sua forma atual, surgiu com o nascimento da sociedade industrial e com a constituição do Estado nacional, para suplantar a educação que ocorria na família e na igreja. Ganhou corpo com base na crença do progresso, sendo beneficiária da educação dos homens e da ampliação da cultura.

Foi somente com a Revolução Industrial que a escola se consolidou como instituição fundamental para o progresso, sobretudo econômico das nações. Com a implementação do modelo econômico capitalista, a necessidade de criar espaços escolares se ampliou por todo o mundo. “Vários fatores, como a necessidade de trabalhadores mais qualificados e a urbanização crescente, exigindo cidadãos mais “educados”, levam a burguesia a convencer-se de que os trabalhadores precisavam de [...] instrução.” (Piletti, 2004, p. 117). Logo, nota-se que o caráter educacional do ensino estava destinado a preparar crianças e jovens para o futuro no mercado de trabalho, o que não difere dos dias atuais.

Com a forte influência do capitalismo pelo mundo, a escola tornou-se subordinada a este modelo econômico, e para atender às necessidades de uma sociedade capitalista, métodos de ensino e conteúdos são estabelecidos e adequados a esta nova realidade mercadológica instaurada na educação escolar.

Vale ressaltar que “[...] num momento marcado pelas demandas da industrialização, a escola ganha novas responsabilidades: ela precisa voltar-se para a resolução dos problemas sociais gerados pelas mudanças econômicas da sociedade.” (Lopes; Macedo, 2011, p. 21). Este anseio pelas novas responsabilidades da escola foi materializado por meio de adaptações e seleções de conteúdos escolares que ficou conhecido como “currículo”.

Lopes e Macêdo (2011) ponderam que o conceito de currículo é diversificado e definido de diferentes formas e perspectivas, sendo este atrelado ao cotidiano escolar como um guia pedagógico, grade curricular, conjunto de ementas, planos, etc.

As propostas curriculares foram surgindo ao longo do tempo com o intuito de acompanhar os novos paradigmas das sociedades, sobretudo no modelo capitalista. O currículo escolar emerge como alternativa de modelo de ensino a ser consolidado nas escolas como garantia de êxito nas ações pedagógicas desenvolvidas por todos os sujeitos que se fazem presentes neste âmbito, principalmente os alunos.

Mas afinal o que é o currículo? Para responder a esta indagação, recorreremos a Lopes; Macêdo (2011, p. 20) que apresentam a concepção de Tanner (1975) que define o currículo como:

[...] as experiências de aprendizagem planejadas e guiadas e os resultados de aprendizagem não desejados formulados através da reconstrução sistemática do conhecimento e da experiência sob os auspícios da escola para o crescimento contínuo e deliberado da competência pessoal e social do aluno.

Neste sentido, “o currículo é o núcleo e espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificando”. (Arroyo, 2011, p. 13). Sendo assim, seria o currículo escolar o norteador das práxis educativas, um artefato social que contribui não apenas no desenvolvimento das atividades escolares de alunos, mas também em um progresso pessoal, fazendo com que os mesmos se sintam pertencentes deste processo educacional como sujeitos de direitos de aprendizagens, não obtendo acesso somente aos saberes escolares e científicos, mas também ao conhecimento diversificado extraescolar. No entanto, a definição e o objetivo do currículo nem sempre teve esse caráter progressivista e democrático.

Estudos históricos evidenciam que o termo currículo foi utilizado a primeira vez em 1633 em registros da Universidade de Glasgow, no Reino Unido, embutindo a ideia de que este documento seria associado a princípios de globalidade e de sequenciação de experiência educacional ou um plano de aprendizagem destinado aos alunos. (Lopes; Macedo, 2011). Pressupostamente, nota-se que o currículo já era concebido ao caráter organizacional de experiências e conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A discussão sobre o currículo é composta por diferentes teorias. Para Silva (2014, p. 15)

O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes [...] que vai constituir, precisamente o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que ‘esses conhecimentos’ e ‘não aqueles’ devem ser selecionados.

As teorias mais tradicionalistas concebem o currículo escolar como um “[...] processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos.” (Silva, 2014, p. 12). Partindo desta premissa, subentende-se que nesta perspectiva, o currículo está direcionado a promover um ensino mais tecnicista e mecanizado, pois o currículo na visão conservadora escolar deve ter como função “[...] a especificação precisa de objetivos, procedimentos e métodos para a obtenção de resultados que possam ser precisamente mensurados.” (Silva, 2014, p. 12).

Mais focada em questões organizacionais, as teorias tradicionalistas do currículo “[...] ao aceitar mais facilmente o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes, acabam por se concentrar em questões técnicas.” (Silva, 2014, p. 16). Esse viés de ensino tecnicista e eficientista teve como grande referência o educador John Franklin Bobbitt que foi precursor das ideias conservadoras acerca da educação como preparo à vida profissional, no qual o ensino deveria seguir normas e regras, tal como qualquer outra empresa comercial ou industrial, neste sentido, caberia aos sistemas de ensino especificarem com precisão quais os resultados a serem alcançados pelas escolas e de que modo estes poderiam ser consolidados (Silva, 2014).

Indo ao encontro desta teoria tradicionalista curricular, emerge no cenário educacional a racionalidade de Tyler. Segundo Lopes e Macêdo (2011, p. 44) “Tyler é, [...] o nome mais conhecido do campo do currículo, tendo sido responsável pelo modelo de elaboração curricular mais utilizado no mundo ocidental para o desenho de currículos”. Seu método consistia em um currículo pautado na racionalidade que almejava o alcance da eficiência, precisa em uma era na qual a indústria estava se alavancando, por isso a necessidade de se adotar em sala de aula um ensino por meio de planejamento que contemple o alcance de objetivos por meio da participação ativa dos próprios estudantes que poderá ser observada através de avaliação da eficácia da aprendizagem (Lopes; Macedo, 2011).

Este ensino para efetivação do eficientismo corroborou na implementação de novos paradigmas a uma educação técnica mercadológica que contribuiu na formação de uma sociedade arraigada ao consumismo que, por conseguinte, almejou ainda mais novas invenções tecnológicas por meio do conhecimento.

Contrapondo a este modelo conservador de currículo escolar, as ideias progressistas e críticas do educador John Dewey surgem como novas perspectivas educacionais, sendo consideradas mais humanizadoras e democráticas aos alunos. Para Dewey, segundo Silva (2014, p. 23) “[...] a educação não era tanto uma preparação para a vida ocupacional adulta, mas como um local de vivência e prática direta de princípios democráticos”.

As ideias reflexionistas e inspiradoras de Dewey influenciaram os métodos de ensino por vários países. No Brasil, sua teoria foi apropriada por um grupo de intelectuais que buscavam alterar o cenário educacional do país que encontrava-se ainda entranhado aos métodos de educação tradicional do Ratio Studiorum, que corresponde a gênese da educação brasileira, um plano e organização de estudos da Companhia de Jesus, fundada no contexto do século XVI que por muito tempo predominou o âmbito educacional nacional, com um ensino com base em princípios e dogmas cristãos que inviabilizava as pretensões e ideais autônomos dos alunos (Melo, 2020).

Contrapondo a esta educação conservadora implementada, por meio da apropriação das ideias progressistas de Dewey, os escolanovistas, como ficou conhecido o grupo liberal de educadores do Movimento da Escola Nova, publicaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova que “[...] enfatizava o uso de métodos ativos de ensino/aprendizagem.” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, p. 135). Estes defendiam um ensino público, democrático e laico nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas afim de se consolidar um ensino progressista. Pode-se dizer que estas revoluções educacionais foram as discussões mais relevantes no campo curricular do Brasil.

Na ideologia progressivista, a educação é definida como “[...] um meio de diminuir as desigualdades sociais geradas pela sociedade urbana e industrial e tem por objetivo a construção de uma sociedade harmônica e democrática”. (Lopes; Macedo, 2011, p. 23). Desta forma, o currículo escolar para esta filosofia tem como finalidade ser um guia para a obtenção deste ideal, preparando indivíduos na busca dessas mudanças. Nesta perspectiva, uma escola com um currículo progressivista pode ser compreendida como:

[...] lugar de compartilhamento de valores e de aprender conhecimentos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e estéticas, mas também lugar de formação de competências para a participação na vida social, econômica e cultural. (Libâneo, 2004, p. 139).

Compreende-se que nesta tendência educacional, a educação escolar deve ir além do mero compartilhamento de saberes que certamente são fundamentais para a vida ocupacional, no entanto, ela também precisa abranger diferentes contextos e preparar homens e mulheres para a vida em sociedade.

A escola é imprescindível na vida dos seres humanos, pois tornou-se um espaço de sociabilidade que deve valorizar as culturas de cada discente presente neste ambiente, dialogando com a diversidade contemporânea, cujo intuito seja desenvolver as habilidades dos

alunos por meio de um ensino que leve em consideração os saberes já adquiridos por eles em espaços não formais. Libâneo; Oliveira; Toschi (2008, p. 53) ponderam que:

A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo.

É neste âmbito educativo que crianças, jovens e adultos têm acesso ao mundo e conhecem as diferenças em nosso cotidiano por meio das experiências sociais praticadas, por isso, há necessidades constantes de alteração nos currículos escolares, visando a contemplação desses aspectos, pois “aprende-se na escola não apenas o que é preciso saber para entrar no mundo produtivo, mas códigos a partir dos quais se deve agir em sociedade. Nessa perspectiva, a harmonia e o progresso social são gestados também na escola.” (Lopes; Macedo, 2011, p. 26-27).

Segundo Santos e Casali (2009, p. 210) “[...] a elaboração de um currículo é um processo social no qual convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, como poder, interesses, conflitos simbólicos e culturais [...]”, conduzidos por diferentes fatores tais como os agregados à classes que podem ser associados a raça, etnia e gênero.

Sendo assim, o currículo torna-se mais que um guia das atividades pedagógicas como sugerido por uma pedagogia tecnicista, ele é também um projeto com missões pautadas na construção de um futuro promissor que beneficie o coletivo social, não deve ser visto exclusivamente como um emaranhado de conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula, com momentos exaustivos focado exclusivamente no repasse de atividades.

Segundo Libâneo; Oliveira; Toschi (2008) há três tipos de currículos e são eles: o currículo formal, o currículo real e o currículo oculto. No que se refere ao currículo formal, este é concebido como aquele que é estipulado pelos sistemas de ensino, no qual é composto por diretrizes curriculares que direcionam o desenvolvimento das atividades em sala aula. No Brasil, podemos citar como exemplos de currículo formal os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum curricular (BNCC) que são documentos normativos de caráter educacional que servem como base de orientação às competências a serem praticadas nas redes de ensino do país. No que se refere a BNCC, de acordo com Filipe *et al.* (2021, p. 790) hoje ela é:

[...] a referência nacional obrigatória para adequação dos currículos da Educação Básica com função técnica/instrumental homogeneizante, subsumindo as especificidades locais e regionais e impondo os objetivos e as temáticas privilegiadas para o alcance do desenvolvimento das “dez competências gerais” da Educação Básica nos alunos, de todos os níveis e modalidades de Ensino.

A BNCC é um exemplo exato de currículo formal pois nesta estão inseridos conjuntos de aprendizagens essenciais aos estudantes, com o propósito de garantir uma educação pautada nos princípios éticos e políticos, visando a formação humana para a efetivação de uma nação justa, inclusiva e democrática que pode ser alcançada pelo currículo real.

O currículo real é definido como aquele que se relaciona diretamente com o que ocorre em sala de aula a cada dia, ou seja, é o conjunto de ações realizadas por todos os sujeitos pertencentes à organização escolar. “Embora as escolas trabalhem quase sempre com o currículo oficial, na realidade são os professores, o corpo técnico e os pais que acabam por definir o currículo real”. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, p. 363).

Neste sentido, pode-se afirmar que este tipo de currículo privilegia as relações sociais e as práticas de interação entre os educandos que adquirem aprendizagens, colocando-se no centro de seu próprio aprendizado por meio dos conhecimentos formais e informais. Esse currículo se assemelha ao currículo oculto que é o que não está prescrito, não fora planejado, porém existe e se constitui como fator importante para a aquisição de aprendizagem adquirida por meio das experiências (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008).

No que se refere a definição de currículo como documento norteador de conteúdos, Paro (2016) enfatiza que atualmente há uma contínua problemática acerca da ação do currículo nas escolas, pois este “[...] é um dos aspectos que mostram mais enfaticamente como a escola tradicional tem privilegiado uma dimensão “conteudista” do ensino, que enxerga a instituição escolar como mera transmissora de conhecimentos e informações.”. (Paro, 2016, p. 129). Desta forma, é fundamental que sejam feitas reformulações mais abrangentes que venha a contemplar a formação integral dos estudantes.

As constantes mudanças em nossa sociedade ocasionaram impactos na estrutura organizacional das escolas que tiveram que se adaptar aos novos tempos de globalização e ao avanço de tecnologias. De certo modo, esses avanços tornam-se excludentes, uma vez que privilegia apenas uma parcela da população que tem acesso às mais variadas inovações em diferentes esferas, por outro lado, um elevado número de pessoas não alcança a oportunidade de gozar de tais avanços. Este fato influencia e está presente na realidade escolar de inúmeras instituições de ensino de nosso país.

A educação capitalista em consonância com a globalização, induz à prática de um ensino por meio de um currículo escolar que valorize a eficiência, o que, por conseguinte, ocasiona uma competitividade injusta entre os alunos, haja vista que nem todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, o mercado de trabalho necessita de profissionais habilidosos e que sigam à risca o que é solicitado pelos meios de produção. Logo, a escola tem adotado medidas educacionais mercadológicas que contemple a esta realidade. Sendo assim, “[...] educação e conhecimento passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos de transformação produtiva e do desenvolvimento econômico.” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, p. 110).

Atualmente o currículo escolar tem sido concebido como guia norteador das práticas educacionais em sala de aula, tornando-se o caminho para a consolidação de potencialização das aprendizagens por meio de conteúdos que valorizam os conhecimentos tidos como essenciais à formação humana. Sobre esta perspectiva acerca de conhecimento, Lopes e Macedo (2011, p. 71) destacam que:

[...] todo conhecimento é um saber, mas nem todo saber é um conhecimento. Só é conhecimento um saber capaz de passar por testes de validação no contexto de uma disciplina acadêmica especializada. Conhecimento é assim um conjunto de concepções, ideias, teorias, fatos e conceitos submetidos às regras e aos métodos consensuais de comunidades intelectuais específicas.

É por meio deste tipo de conhecimento permeado por uma transposição didática que a sociedade tem se baseado para se desenvolver e agir no mundo. Mas é preciso que analisemos que esta perspectiva positivista acaba por excluir os saberes do senso comum que também podem e devem ser levados em consideração na aplicação de conteúdos em sala de aula, pois:

O conhecimento relevante a ser ensinado na escola deve ser o conhecimento capaz de ser traduzido em competências, habilidades, conceitos e desempenhos passíveis de serem transferidos e aplicados em contextos sociais e econômicos fora da escola. (Lopes; Macedo, 2011, p. 74).

Nos dias atuais ter conhecimento é ter acesso a um mundo de informações. Saber é uma ação de ressignificação de dados e sentidos necessários às nossas vidas. Por isso, cabe aos profissionais da educação, sobretudo curriculistas que desenvolvem os documentos normativos de educação em nosso país, pensarem em novas possibilidades que contemple os múltiplos saberes já adquiridos pelos alunos por meio de suas ações culturais.

A discussão da construção do currículo escolar precisa ser mais ampliada, no qual novas perspectivas devem ser analisadas no sentido de promover esse desenvolvimento integral

dos alunos tão almejado, mas que segue sendo fragilizado, uma vez que os currículos vigentes por meio de programas educacionais não têm contemplado de forma total a realidade de milhares de alunos que se deparam com um ensino repleto de exclusão, o que influencia no enfraquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

1.3 O currículo e o multiculturalismo na escola

Sendo a cultura considerada toda ação desenvolvida pelos homens na natureza, logo, podemos afirmar que “[...] por natureza o homem é um ser cultural” (Rabuske, 1999, p. 56), no entanto, os seres humanos não se limitam a este âmbito natural e estático, pois ele transcende e altera sua realidade, cria, recria e ressignifica suas ações no espaço, deixando suas marcas, seu legado, ou seja fez e faz história.

Definido como um ser histórico, o homem foi desenvolvendo suas culturas, resultando em sociedades diversificadas e plurais com variadas diferenças, tais como biológicas, econômicas, de credos, etc. Esses fatores podem ser visíveis ao observarmos os sujeitos de uma simples instituição de ensino que manifestam suas ações no dia a dia. Mas apesar de ser um espaço de sociabilidade, muitas escolas não têm privilegiado a singularidade de cada estudante, desvalorizando os elementos culturais presentes na cultura destes que poderiam aprender de forma mais significativa por meio de um currículo escolar que abrangesse o modo de vida de cada um dos educandos.

De acordo com Lopes; Macêdo (2011) a cultura estabelece uma intrínseca ligação à educação e ao currículo, por isso, com o intuito de valorizar a realidade cultural dos estudantes, o currículo multicultural surge como uma proposta de privilegiar a interface cultura e ensino, visando o pleno desenvolvimento dos alunos. Para Teixeira e Bezerra (2007, p. 58):

[...] o currículo multicultural acaba refletindo-se na autoestima dos educandos e em sua autoconfiança, além de possibilitar que eles adquiram e produzam diversos saberes, pois ao contemplar suas experiências, utilizando-as como ponto de partida para novas aprendizagens, esse currículo considera o aluno como sujeito social.

Valorizar as vivências e o senso comum do educando deve ser considerada uma ação primordial que deve ser adotada nas escolas, pois assim haverá o desenvolvimento natural das habilidades dos sujeitos da aprendizagem que poderão ampliar suas potencialidades por meio de um ensino prazeroso, porém, o que se observa atualmente em muitas escolas pelo país é a adoção de currículos monoculturais que privilegiam em partes apenas alguns aspectos culturais

da cultura brasileira, sobretudo a formação de seu povo, o que acaba por se tornar um equívoco, uma vez que trabalhar cultura em sala de aula vai além da simplificada exposição da história de nosso país.

O currículo multicultural “[...] é o que, com uma base comum de cultura geral para todos, acolhe a diversidade e a experiência particular dos diferentes grupos de alunos e propicia, na escola e nas salas de aula, um espaço de diálogo e de comunicação entre grupos sociais diversos”. (Libâneo; Oliveira; Toschi, p. 365). Desta forma, é importante propiciar aos alunos “[...] conhecimentos e experiências diversificadas, integrando no currículo a variedade de culturas que perpassa a escola [...]” (Libâneo; Oliveira; Toschi, p. 365). No entanto, ao observarmos o atual contexto educacional do Brasil, podemos afirmar que essa valorização cultural não está sendo disponibilizada nas escolas, uma vez que há imposições de caráter elitistas e excludentes em currículos que privilegiam apenas saberes culturais de classes dominantes, valorizando sobretudo a permanência do eficientismo escolar, voltando-se apenas a cultura mercadológica no sentido de privilegiar o modelo econômico capitalista.

Esse compartilhamento de informações contados a partir de uma visão de classe dominante ocasiona rupturas à aprendizagem dos educandos que se tornam meros receptores, por isso, faz-se necessário a admissão de práticas curriculares que abranja as diferenças étnicas e sociais. Para alterar tal fato, Teixeira e Bezerra (2007, p. 59) sugerem que:

[...] a escola precisa encontrar novas maneiras de desenvolvimento curricular, focando a educação como uma perspectiva que privilegie o estudo de realidades particulares, recebendo e permitindo a participação das culturas das diversas comunidades.

Pressupostamente, a seleção de conteúdos culturais se constitui de forma padronizada, no qual visa contemplar de maneira fragmentada apenas registros históricos como já mencionado anteriormente. De maneira errônea, a escola acaba por realizar um ensino descontextualizado que ignora as múltiplas vivências dos educandos e suas interações em comunidade.

Notoriamente, essa discussão acerca da relação entre ensino e cultura torna-se complexa e que por conseguinte cria palco de conflitos que extrapola o âmbito educacional e permeia a um espaço político de controversas, uma vez que, por existir “[...] mais de uma cultura ou mais de um repertório de sentidos, nem todos são sempre considerados válidos como fontes para os conteúdos ou como cultura de pertencimento legítima e, em torno disso, se estabelece uma longa disputa.”. (Lopes; Macêdo, 2011, p. 185).

Um problema comum quanto ao compartilhamento de estudos culturais em sala de aula refere-se a práxis do professor, pois nestes espaços de aprendizagens em muitas escolas pelo país o que se observa é um certo despreparo por parte de muitos profissionais da educação que carecem de formação especializada para trabalhar conteúdos culturais e artísticos de maneira adequada com os alunos.

Além das culturas particulares de cada aluno, a escola também detém e cria sua própria cultura. Para Lopes; Macêdo (2011, p. 148) “na medida em que a escola é vista como um espaço em que sentidos e ações são construídos por intermédio da interação entre os sujeitos, ela tem uma cultura própria”.

É importante ressaltar que esta cultura escolar também é composta por fragmentos de elementos culturais singulares dos próprios sujeitos que a compõem, no entanto, parece prevalecer uma cultura própria da escola que visa padronizar o ensino e impor normas e regras que em muitos casos ocasiona uma violência simbólica. Por isso, há de se analisar a importância da inserção de culturas próprias dos alunos nos currículos das instituições de ensino, pois, “sem dar atenção a essas culturas, é impossível entender a construção social dos sentidos no contexto, porque parte dos ordenamentos neles presentes derivam dessas culturas.”. (Lopes; Macedo, 2011, p. 148).

Trabalhar através de conteúdos que discorra acerca da diversidade cultural em sala de aula permite ao aluno compreender a sua própria realidade e pensar criticamente sobre ela. Deste modo, o educando torna-se protagonista de sua aprendizagem e alcança um patamar de autonomia. É o que afirma Lopes e Macedo (2011) ao enfatizarem que estes conteúdos associados a cultura própria escolar “[...] deve garantir aos alunos ferramentas conceituais para entender e lidar com o mundo, tomar decisões e resolver problemas. Ao mesmo tempo, deve garantir esquemas conceituais que permitam ampliar seu universo para além do cotidiano [...]”. (Lopes; Macedo, 2011, p. 88). Sendo assim, “os currículos precisam ser redimensionados, agregando temáticas relativas a questões de classe social, etnia, gênero, geração e outras, alicerçados nos princípios da cidadania e da democracia”. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, p. 177).

Certamente, uma aula que valorize os sujeitos da aprendizagem por meio de atividades que relacione estudos às suas vivências é considerada prazerosa e significativa, mais que isso, este tipo de ensino proporciona reflexões sociais e combate a discriminação, pois fortalece os preceitos de igualdade respeito às diferenças culturais. “As diferentes trajetórias, produções artísticas, linguagens, expressões, tradições, identidades e visões de mundo devem ser

respeitadas e postas em debate nas escolas, como instrumento de construção de conhecimentos.” (Teixeira; Bezerra, 2007, p. 62).

Em uma sociedade diversificada e plural não há mais espaço para exclusões e práticas de preconceito, desta forma, como meio de combate à intolerância religiosa, racismo, xenofobia, entre outras ações de má conduta social, cabe aos currículos das escolas se atentarem aos novos paradigmas sociais, não como espaço para formação de militância, mas um ambiente plural que promova a dignidade humana, sem que haja a violação de direitos de cada cidadão.

CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO

Ao ingressar na universidade, o/a acadêmico/a se depara com inúmeras possibilidades de pesquisar o seu meio e busca possíveis soluções para as inquietações que surgem ao longo de sua trajetória universitária. A pesquisa neste sentido é a força motriz para o desbravamento das descobertas científicas necessárias para a sociedade de modo geral, uma vez que através da tríade ensino, pesquisa e extensão nas universidades, todos são beneficiados por meio de conhecimentos produzidos neste espaço. Desta forma, nota-se também a importância da pesquisa no processo de formação do acadêmico para sua construção identitária como futuro profissional.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 43) “a pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico.”. Sendo assim, pesquisar é se aprofundar em um espaço de questionamentos que visam ser respondidos através da experiência mediada pelos sentidos atribuídos aos conhecimentos alcançados.

Para o sucesso científico de produção de conhecimentos, é necessário que se trace um percurso metodológico. Métodos são elementos importantes para alcançar metas que visem o descobrimento de fatos em pesquisas sociais. “[...] A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, 2001, p. 16).

Para a consolidação do presente trabalho nos apropriamos da pesquisa de natureza qualitativa, que segundo Godoy (1995, p. 21) “[...] hoje em dia [...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.”. A pesquisa de natureza qualitativa possibilita ao pesquisador analisar os fenômenos sociais decorrentes da aquisição de dados fundamentais para a produção de ciência.

De acordo com Yin (2016, p. 115), “em pesquisa qualitativa, os dados relevantes derivam de quatro atividades de campo: entrevistas, observações, coleta e exame (de materiais) e sentimentos.”. Neste sentido, observa-se neste tipo de pesquisa que há um processo minucioso de organização das análises dos dados, no qual busca ir além do previsível ao considerar outros fatores como a subjetividade do pesquisado, além disso, a pesquisa qualitativa proporciona um vínculo político-social direto com os sujeitos pesquisados.

Por se tratar de uma pesquisa que visa analisar conceitos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa às nossas temáticas abordadas (currículo e cultura), chamamos a atenção para o que fala Minayo (2014, p. 57) ao enfatizar que o método qualitativo “[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.”.

O método de abordagem desta pesquisa é o método dialético, este configura-se como um estudo da realidade em movimento. A abordagem dialética visa compreender o conjunto de processos de fenômenos que não podem ser vistos como estáticos. “[...] Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro.”. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 101). A dialética se aplica de maneira eficaz neste trabalho de pesquisa, uma vez que os conceitos de cultura e de currículo perpassam por estágios diferenciados, no qual concebem a estas temáticas novos sentidos, logo, não podem ser vistos como artefatos sociais estagnados.

Como procedimento da pesquisa, buscamos realizar este estudo por meio do tipo etnográfico que consiste em analisar a realidade e o contexto cultural de uma determinada comunidade. A pesquisa do tipo etnográfica, segundo Godoy (1995, p. 28), “[...] abrange a descrição dos eventos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo”.

A presente pesquisa se caracteriza como sendo do tipo etnográfica em decorrência da experiência obtida no lócus da pesquisa, no qual para realizarmos a coleta dos dados, foi preciso visitar a comunidade em dias alternados, onde foram feitas observações das paisagens naturais e culturais do referido espaço, com o propósito de averiguar como se estabelece as relações socioculturais e suas influências no âmbito escolar.

Por meio deste procedimento tivemos êxito em nosso estudo, uma vez que, ao conhecer a realidade de nossos sujeitos da pesquisa, pudemos compreender melhor suas relações sociais e como se estabelece os vínculos culturais no ambiente pesquisado.

Para a obtenção de nossos dados, realizamos uma pesquisa a campo, no qual foi feita uma entrevista semiestruturada com dois moradores da Comunidade de Santa Terezinha do Aninga em Parintins, carinhosamente chamado pelos comunitários como Aninga, além dos moradores, também entrevistamos três professores da Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga. Essas entrevistas nos possibilitaram compreender os fenômenos socioculturais e

educacionais desenvolvidos nesta comunidade, focos de nossa pesquisa. Minayo (2001, p. 57) define a entrevista como:

O procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A entrevista consiste como um caminho para as possibilidades de produção de conhecimentos, no qual por meio do diálogo com os entrevistados é possível estabelecer vínculos sociais que garantam o sucesso da pesquisa, onde a partir do respeito mútuo entre os envolvidos, haja a consolidação de conhecimentos fundamentais de serem compartilhados.

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostraram que é fundamental manter a relação cultural com o ensino, uma vez que estes elementos são indissociáveis, porém ainda são trabalhados em sala de aula de modo fragmentado, fato que precisa ser alterado por intermédio de currículos que valorizem a singularidade cultural dos estudantes e esteja em consonância com a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

As informações obtidas neste estudo nos revelaram também que há a necessidade de um interesse maior por parte dos professores quanto a essa interface currículo e cultura, tendo em vista que por meio das respostas apresentadas, estes ainda estão arraigados a um ensino metódico e descontextualizado, no qual não há a valorização por excelência do contexto cultural de seus alunos.

A seguir, apresentaremos a discussão dos dados obtidos nesta pesquisa que nos fazem refletir criticamente sobre a função da educação na valorização dos elementos culturais a serem transmitidos em sala de aula.

CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo visa apresentar a análise dos dados obtidos nesta pesquisa que foram coletados por meio de entrevista semiestruturada que nos permitiu compreender como é desenvolvido na prática o currículo escolar em sala de aula e sua relação com a cultura local no qual a escola está inserida.

Nosso objetivo por meio desta pesquisa foi compreender de que modo o currículo da escola contempla a cultura local nas atividades escolares do dia a dia, e de que maneira este pode influenciar e produzir resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, no que tange às possibilidades de domínio de escrita e leitura, tanto matemática como espacial, além da capacidade de refletir criticamente sobre seu meio.

Acreditamos que trabalhar a cultura em sala de aula é uma das ações a serem desenvolvidas pelos professores, pois esta prática contribui no fortalecimento cultural e identitário dos alunos por meio de atividades que podem ser desenvolvidas em consonância às disciplinas escolares que dão margem a tal discussão. Buscamos analisar como os profissionais da educação desenvolvem suas atividades relacionando-as com os elementos culturais executados na comunidade, a partir da inserção de um currículo já estabelecido e recomendado à escola.

O nosso foco investigativo não se direcionou exclusivamente ao âmbito escolar, uma vez que um dos nossos objetivos também era de compreender como os próprios moradores da comunidade conceituam cultura e como desenvolvem suas práticas culturais em um espaço em meio a vida simples periurbana.

A seguir, discutiremos os dados adquiridos que resultaram em informações significativas que contribuirão à reflexão de que se deve dar mais atenção a esta temática acerca de culturas que em muitas vezes são desvalorizadas e excluídas em muitos currículos por todo o país por meio de uma educação colonizadora.

3.1 Conhecendo o contexto da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada em uma área considerada periurbana no Município de Parintins-AM, a comunidade Santa Terezinha do Aninga, popularmente conhecida como Aninga, tendo como principal foco a escola Municipal Santa Terezinha, um lugar cercado por muita natureza, onde o verde encontra equilíbrio em meio as modificações espaciais do homem.

Como parte significativa de toda a floresta amazônica, a comunidade de Santa Terezinha do Aninga também tem suas características físicas composta por muitas árvores e plantas de diferentes espécies que contribuem na vida dos comunitários, pois “[...] são utilizadas na medicina natural na cura de diferentes doenças, constituindo-se um saber tradicional repassado historicamente dos moradores antigos aos mais novos” (Leal, 2018, p. 25).

A comunidade do Aninga está localizada em terra firme, distante aproximadamente 5 km da área urbana do município de Parintins. Apesar do avanço urbanístico da cidade em direção as áreas verdes, a comunidade resiste com suas características naturais, preservando seus recursos, tais como os límpidos rios e lagos que embelezam a paisagem do lugar. Toda essa exuberância abriga uma extensa biodiversidade que pode ser apreciada cotidianamente a qualquer momento.

Imagem 01 – Paisagem natural da comunidade Santa Terezinha do Aninga.



Fonte: Arquivo do acadêmico (2023).

Se faz presente nesta comunidade um pequeno povoado composto atualmente por moradores simples que optaram em viver em meio a calmaria da região, além de outros cidadãos que escolheram o local para servir de abrigo por meio de sítios e chácaras nos fins de semana em decorrência à vida estressante da zona urbana.

Quanto a escola municipal que faz referência ao nome da comunidade, esta é composta por 56 alunos que são moradores da área local, além de outros, provenientes de ramais nas proximidades. A escola Santa Terezinha do Aninga tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e foi instituída a partir do Decreto Lei nº

029.02.2003 PG PM (Leal, 2018), atendendo crianças desde a Educação Infantil, estendendo-se as séries iniciais do Ensino Fundamental por meio da organização de ensino multisseriada.

Imagem 02 – Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga.



Fonte: Arquivo do acadêmico (2023).

Através da entrevista com os professores da escola percebeu-se que este educandário busca manter viva a tradição local por meio da realização de atividades escolares que englobam a cultura do lugar, integrando-se a efetivação de um currículo multicultural que contempla aquilo que é proveniente da própria comunidade, obtendo assim um ensino significativo aos alunos que sentem-se valorizados e protagonistas em seus processos de ensino aprendizagem.

3.2 O conceito de cultura do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa

Neste tópico apresentaremos as definições de cultura a partir da perspectiva de três professores e dois moradores da comunidade de Santa Terezinha do Aninga, dialogando com teóricos que discorrem sobre tal. Nosso critério de seleção dos entrevistados partiu do desejo de ouvir tanto os comunitários mais antigos disponíveis para a realização desta pesquisa, além dos únicos três professores que trabalham na escola da comunidade e que por conseguinte conhecem a realidade deste lugar.

Vale ressaltar que nossa intenção não é definir qual dos conceitos atribuídos a esta temática é o válido e correto, ao contrário, queremos evidenciar que o termo cultura é diversificado, podendo ter mais de um significado.

Nossos três primeiros entrevistados foram professores da Escola Municipal Santa Terezinha que aqui os chamaremos de João, Francisco e Maria, nomes comuns em regiões ribeirinhas da Amazônia. Tais pseudônimos ajudam na prevenção ética do trabalho, preservando a integridade moral dos entrevistados, a fim de evitar qualquer tipo de constrangimento ou represálias aos nossos sujeitos da pesquisa.

Nosso primeiro entrevistado foi o professor João, este tem 31 anos, é formado em Licenciatura Plena em Pedagogia. O segundo foi o professor Francisco que tem 26 anos, é graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia, especializado em Psicopedagogia na escola e desenvolve suas atividades na escola Santa Terezinha há dois anos. Por fim temos a professora Maria de 46 anos e que atua como gestora da escola, esta é graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia, pós graduada em Psicopedagogia com ênfase em educação inclusiva e trabalha na escola pesquisada há quatro anos.

Ao apresentarmos a temática de nossa pesquisa, questionamos o professor João sobre a definição de cultura, este a define como *[...] tudo o que um povo faz, seja de qual região for. São costumes, crenças, ações, modos de as pessoas agirem e se comportarem em determinado lugar* (João, entrevista de campo, 2023). Essa definição apresentada pelo professor João é uma das mais utilizadas pelas pessoas ao definirem cultura. Partilhando do mesmo conceito, Cortella (2016, p. 42) define cultura como “[...] o nosso ambiente e nela somos socialmente formados (com valores, crenças, regras, objetos, conhecimentos, etc.) e historicamente determinados (com condições e concepções da época na qual vivemos)”. Neste sentido, é importante frisar que nós seres humanos somos um produto cultural e que não há indivíduos fora da cultura (Cortella, 2016).

Cultura de fato é tudo aquilo que um povo fez, faz e construiu ao longo da história da humanidade. A definição do professor João vai ao encontro do que diz Sanches (1999, p. 33) ao referir-se da cultura de um povo como “[...] um todo, levando-se em conta seus hábitos, costumes, organização social, ciência, religião, economia, medicina [...]”. logo, toda e qualquer manifestação realizada pelo homem em meio a natureza pode ser considerada cultura.

Não tão distante da definição apresentada pelo professor João, o professor Francisco relaciona a palavra cultura a:

[...] um processo de miscigenação que visa colher e acolher novas pessoas, métodos de vida [...], questões de modos, religião e a parte da pessoa como um todo, envolve também respeito ao próximo, o acolhimento e aceitar a pessoa do jeito que ela é, seja nos costumes, seus modos e seu jeito de ser. (Francisco, entrevista de campo, 2023).

Nota-se por meio da resposta do professor Francisco que para ele cultura está muito atrelada a moral, no qual deve-se levar em consideração o respeito pelo próximo, pelos seus pares, para que assim povos, tribos, comunidades, possam viver em harmonia, no entanto, sabemos que vivemos em sociedades diversificadas e plurais de ideias, de credos, de pensamentos diferentes, etc. que constituem convicções ideológicas que resultaram em conflitos de poder no próprio meio. Santos (1996) enfatiza que não se pode discutir acerca de cultura sem levar em consideração as relações de poder. Para a professora Maria, cultura é:

[...] uma manifestação do povo de uma certa comunidade e esse povo age em cima daquilo que ficou de um povo que vem trazendo uma história desde o passado, é uma forma de não deixar ela morrer, acabar, [...]. Há um passado que a gente não deve deixar ele se perder, se acabar, para que a gente possa mostrar para os nossos filhos, netos como que era, como que está e como pode ficar [...]. Cada povo tem sua cultura, cada comunidade tem seu modo de viver, de se vestir, [...] de conviver. Eu acredito que a cultura vai de cada um. (Maria, entrevista de campo, 2023).

Pode se observar através da fala da professora Maria que, para ela, cultura vai além do que o homem produziu, envolve a ação de preservação de tudo que foi criado no passado até os dias atuais. Desta forma, pode se afirmar que “o passado cultural é a fonte do presente e o material substancial do futuro ao ser refeito no presente. Não há futuro sem raízes previamente assentadas sobre as quais se erguer” (Imbermón et al., 2000, p. 45). Cultura neste sentido seria a conservação patrimonial de um determinado povo que em meio ao domínio de novas tecnologias e inovações da indústria cultural, ainda mantém viva as tradições como forma de continuação de experiências plurais, ou seja, a consolidação do que poderíamos chamar de um processo identitário em construção.

Por meio dos conceitos apresentados pelos professores acerca da definição do conceito de cultura, nota-se que nenhum dos profissionais respondeu de forma reducionista no sentido de haver uma relação à prática de exclusão social. Todos deram ênfase que cultura pode ser tudo aquilo que os grupos sociais produziram e preservaram por meio de um processo histórico, independentemente do fator socioeconômico, contrapondo a teorias excludentes do passado que concebiam cultura apenas às pessoas que faziam parte de grupos de intelectuais das sociedades elitistas que detinham de conhecimentos até então restritos exclusivamente a esse seletivo grupo.

Além dos professores, a pesquisa contou com a participação de dois comunitários que aqui os chamaremos de Zeca e Raimunda, que compartilharam seus pontos de vista sobre o conceito de cultura, elencando os produtos culturais presente na comunidade com base naquilo que os rodeia. Seu Zeca tem 52 anos, atualmente trabalha como agente de portaria e mora na

comunidade desde quando era criança, tendo se deslocado a outros lugares no decorrer de sua vida, porém, optou pela comunidade Aninga como seu atual lugar. Dona Raimunda tem 50 anos, e atualmente é autônoma e é moradora do Aninga desde pequena. Entrevistá-los nos permitiu perceber o quão vigente é esta intrínseca relação afetiva com seu lugar de pertencimento que os constrói culturalmente.

Ao ser questionado sobre o que entende por cultura, o comunitário Zeca responde que o conceito desta palavra refere-se a [...] *costume de um povo de uma localidade, é o que esse povo faz para sobreviver e isso vem dos antepassados [...]. Cultura é toda manifestação que um povo faz [...], também é o que você acredita, são crenças e valores* (Zeca, entrevista de campo, 2023). Se tratando de valores, Cortella (2016) afirma que estes são produtos culturais por nós criados e, “[...] quando os inventamos, estruturamos uma hierarquia para as coisas e acontecimentos, de modo a estabelecer uma ordem na qual tudo se localize e encontre seu lugar apropriado (Cortella, 2016, p. 44). Raimunda, expõe sua concepção acerca de cultura dizendo que:

Cultura faz parte de um povo. Cada região, cada estado, cada país tem cultura e são produzidas de diversas formas. Cultura faz parte do ser humano, faz parte da vida da gente. Sem cultura não tem como continuar nossas vidas. Quando se tem cultura, vivemos melhor. [...] Cultura é um complemento [...]. (Raimunda, entrevista de campo, 2023).

O conceito de cultura atribuído por Raimunda não se difere da definição dada pelos demais sujeitos da pesquisa, porém ela traz em sua fala algo interessante de se destacar que refere-se a importância da prática cultural em nossas vidas, pois, sendo os costumes, as artes, os valores e as crenças considerados elementos culturais, uma pessoa que não goza dessas ações, certamente não se desenvolve como um ser humano social e histórico.

Fazendo uma relação entre cultura às manifestações artísticas, Raimunda faz um desabafo sobre a desvalorização da cultura local por parte das autoridades governamentais. A mesma vê potencial econômico nos elementos culturais produzidos tanto na comunidade do Aninga como na cidade de Parintins.

Precisamos de mais apoio, de investimentos, porque a cultura daqui “tá” muito junto da escola [...]. Acredito que a cultura da comunidade tá escondida [...], se tivesse mais investimentos, com certeza iria surgir mais coisas [...]. Acho que minha comunidade seria muito melhor com esse investimento e valorização. A gente não tem local adequado para exibir as pinturas, as nossas danças, fazer nossas festas. (Raimunda, entrevista de campo, 2023).

Este investimento ao qual se refere Raimunda pode ser oriundo de políticas públicas culturais que por meio de apoio dos governos resultaria em fomentação que certamente iria contribuir no desenvolvimento cultural da Comunidade do Aninga que, por conseguinte, serviria como atividade econômica aos próprios comunitários.

Com o propósito de valorizar a cultura brasileira e fomentar iniciativas culturais pelo país, foi criado pela primeira vez no ano de 1985 por meio do Decreto nº 91.144, de 15 de março o Ministério da Cultura (Brasil, 2023). A criação deste ministério teve importância significativa na manutenção dos patrimônios históricos e artístico do Brasil, além da valorização do folclore das populações pertencentes a cultura popular da Nação.

Apesar deste avanço, o Ministério da Cultura nos últimos anos tem sido alvo de discussões contrárias a sua permanência como ministério. Em alguns governos como o liderado pelo ex-presidente interino Michel Temer, entre os anos de 2016 a 2018 e também no governo do Ex presidente Jair Messias Bolsonaro que correspondeu de 2019 a 2022, o Ministério da Cultura foi extinto, sendo convertido à Secretaria da Cultura que passou a ser anexado em outros ministérios, tais como o de Educação e Cidadania.

Atualmente, no ano de 2023, sob o novo governo liderado por Luís Inácio Lula da Silva, o Ministério da Cultura foi restituído por meio do Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023 e têm distintas competências que consistem na proteção e manutenção da diversidade cultural, visando sobretudo o pleno desenvolvimento das expressões artísticas pelo país.

Fazendo uma relação acerca da definição de cultura apresentados pelos professores e moradores da comunidade de Santa Terezinha do Aninga aos conceitos teóricos, chegamos a conclusão que cultura não pode ser definida através de um conceito único e universal, uma vez que povos sociais desenvolvem distintas percepções acerca de suas ações no mundo.

É importante lembrar que devemos combater e superar as imposições etnocêntricas de elitistas que por muito tempo definiram o que é cultura, inferiorizando modos de vida das populações mais simples pelo mundo, que foram relacionadas a um atraso social em meio a propagação de um ambiente mais globalizado que temos hoje, é o que enfatiza Araújo (2004, p. 50) ao relatar que “[...] hoje o etnocentrismo é uma concepção estreita e preconceituosa diante das culturas tradicionais, pois considera que essas mesmas culturas são espaços de atraso presentes no seio da sociedade hodierna.”.

Com a constante sobreposição dos conceitos elitistas sob as camadas mais simples de nossa sociedade, muitas vezes somos conduzidos a consumir a cultura dita como correta e avançada, isto é, aquela a qual busca formar pessoas com requintes refinados, porém, “embora nos ensinem a ter um modo de vida refinado, civilizado e eficiente - numa palavra “culto” - não

conseguimos evitar que muitos objetos e práticas que qualificamos de “populares” pontilhem nosso cotidiano” (Arantes, 1990, p. 12). É justamente por fazermos parte dessa cultura popular que devemos valorizá-la e preservá-la, contrapondo a estigmas etnocêntricos e colonizadores.

A prática do etnocentrismo pode acarretar a outros problemas sociais considerados atualmente como crimes, é o caso do racismo, da xenofobia e também de ações praticadas por meio da intolerância religiosa, por isso é fundamental que a sociedade se atente para esses debates culturais, pois estes promovem uma emancipação capaz de amenizar as desigualdades.

3.3 Os elementos culturais pertencentes a comunidade de santa terezinha do aninga

No que se refere aos elementos culturais produzidos na comunidade de Santa Terezinha do Aninga, pode-se dizer que, assim como nos demais lugares da Amazônia, as práticas culturais desenvolvidas pelos moradores consistem sobretudo na valorização de tudo aquilo que o espaço natural proporciona.

Constatou-se por meio de nossas observações que a preservação pela biodiversidade na região é predominante, uma vez que há práticas de cuidados com o meio ambiente que podem ser observadas por meio de placas de conscientização ambiental, além da manutenção significativa da vegetação nativa da comunidade.

Imagem 03 – Placa de conscientização ambiental produzida pelos moradores da comunidade do Aninga.



Fonte: Arquivo do acadêmico (2023).

Nota-se um certo zelo e pretensão em manter viva a tradição dos cuidados com os espaços naturais já estabelecidos, buscando assim um equilíbrio sustentável necessário para a garantia das características físicas que identificam o lugar. Além dessa íntima relação com a natureza que compõe a Comunidade do Aninga, há também outros elementos que fazem parte da cultura dos comunitários, conforme veremos pelas falas de nossos entrevistados.

De acordo com o professor João, ele pode evidenciar os elementos culturais presentes na comunidade tanto por intermédio de seus alunos, além de suas observações por meio de suas experiências vividas na comunidade.

Em meus alunos eu observo a linguagem, uma linguagem que, apesar de estarem na sede do município de Parintins, em uma área suburbana, eles (alunos) têm uma linguagem diferente dos meninos da cidade, neste sentido a cultura se difere. (João, entrevista de campo, 2023).

Certamente a linguagem é um fator diferencial na identificação de culturas. O linguajar, o dialeto, as gírias, tudo isso compõem características significativas que podem auxiliar na diferenciação e catalogação social, como por exemplo de povos originários e tradicionais. A linguagem é resultado da atividade humana, é uma maneira que usamos para expressar nossos pensamentos, sentimentos ou intenções que tem como resultado processos de interações que contribuem em nosso desenvolvimento pessoal e cognitivo. “A função primordial da fala é a comunicação, o intercâmbio social.” (Vygotsky, 2008, p. 6).

Em muitas situações, pessoas oriundas da zona rural de qualquer parte do Brasil, são tachadas de atrasadas e ignorantes, apenas por desenvolverem uma linguagem própria com características diferentes das populações urbanas. O fato é que, esta ação de comunicação realizada por sujeitos do campo é algo cultural, pois como já observamos até aqui, a linguagem compõe-se como característica cultural de um determinado grupo populacional, logo, há de se combater estereótipos ultrapassados que vão ao encontro de uma inferiorização social desnecessária, provocada por uma visão colonialista histórica.

Além da linguagem própria como elemento cultural da comunidade Aninga, o professor João também destaca que na comunidade:

[...] é posto em prática também as brincadeiras tradicionais que fazem parte do cotidiano da vida deles, tem as brincadeiras folclóricas como o “boizinho”, tem também as atividades de preservação do local, de limpeza. Ainda preservam um pouco a vida (animal), como por exemplo os quelônios, onde são coletados os ovos e devolvidos a natureza, eles (moradores) não consomem, ainda têm essa prática de cultivar para que as outras gerações possam vivenciar essa experiência. (João, entrevista de campo, 2023).

Ao citar brincadeiras tradicionais como parte integrante dos elementos culturais que compõe a cultura do Aninga, nota-se que o professor rompe com conceitos reducionistas de que muitas pessoas têm ao relacionarem cultura apenas ao âmbito artístico e de festividades. No que se refere as brincadeiras como produção cultural, estas muito contribuem no desenvolvimento integral das crianças, pois como evidencia Brougère (1998, p. 63) “a brincadeira é o lugar de socialização, da administração da relação com o outro, da apropriação da cultura, do exercício da decisão e da invenção.”. Neste sentido, dá ênfase a esta ação do brincar, em muito contribui no processo de pertencimento dos alunos da Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga e demais crianças com o lugar em que estão inseridos.

É justamente por esse meio da realização das brincadeiras que as crianças vivenciam distintas ocasiões que têm como resultado experiências significativas que contribuem na solução de conflitos, na compreensão do mundo ao seu redor, auxiliam na empatia e respeito pelo próximo, entre outros benefícios. Assim sendo, pode-se afirmar que a prática de brincadeiras é fonte de estímulos que aguçam os sentidos que podem ser trabalhadas em sala de aula por meio de atividades lúdicas, onde a escola pode-se apropriar dessas brincadeiras e acrescentá-las ao currículo como um fator determinante na consolidação das relações estabelecidas entre o homem e seu espaço.

Analisar essas brincadeiras tradicionais e fazer um resgate delas permite aos comunitários manter viva a tradição local, refletindo sobre a importância da manutenção dessas como herança cultural para as próximas gerações. Desta forma, pode se afirmar que ao brincarem, as crianças se deparam a todo instante com vestígios que gerações mais velhas produziram e deixaram.

O professor João também enfatiza a brincadeira do boi-bumbá, carinhosamente chamada pelos moradores como “boizinho”, uma manifestação artística, folclórica e cultural que faz parte do calendário de eventos da escola, fruto da história do povo da comunidade do Aninga, uma vez que a localidade no passado já foi cenário de apresentações culturais de boi-bumbá, tendo como protagonista o Boi-bumbá Campineiro.

Sobre esta tradicional e histórica cultura popular, Sanches (1999, p. 136) evidencia que originalmente essa dança de boi-bumbá tinha “[...] cunho cômico, era centrada num boi de fingimento que simulava ataques e, dessa forma, assustava e divertia os participantes.”.

Quanto a introdução do boi-bumbá no Brasil, há controvérsias e divergências sobre. Acredita-se que a criação dessa manifestação folclórica deu-se início a partir do século XVIII

na região de Pernambuco e Maranhão, no qual sobre influência da cultura portuguesa e de credences de negros escravos, formou-se o auto do bumba-meu-boi (Sanches, 1999).

No Amazonas, a brincadeira de boi-bumbá se originou a partir da chegada de nordestinos que aqui buscavam por melhores condições de vida. Além de sonhos e novas expectativas, esses trouxeram consigo esta cultura bovina que com o passar dos anos se desenvolveu e alcançou novos patamares.

Atualmente em Parintins, a brincadeira centenária de boi-bumbá alcançou grande magnitude, sendo reconhecida mundialmente por toda sua beleza artística, tornando-se um grandioso festival folclórico que retrata os modos de vida do povo simples da Amazônia, além de introduzir ao auto do boi elementos culturais da cultura indígena, dando protagonismo a esse povo que ao longo da história teve sua arte desvalorizada.

Nas festividades de São João nos interiores da Amazônia, o Festival Folclórico de Parintins, por meio dos Boi Caprichoso e Boi Garantido influencia na execução de performances folclóricas e artísticas de pequenos grupos que confeccionam seus próprios bois de pano que alegam os pequenos arraiás criados com a finalidade de festejar a cultura local, é o caso do Boi-bumbá Mimosinho, um boi mirim da escola municipal Santa Terezinha do Aninga que participa das festas desenvolvidas pelo educandário, sendo acompanhado pelos itens que compõem a celebração deste folguedo, tais como: levantador de toadas, apresentador, amo do boi, sinhazinha da fazenda, cunhã-poranga, rainha do folclore, porta estandarte e pajé, todos compostos por crianças que estudam na escola e residem na comunidade do Aninga.

Imagem 04 – Alunos da Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga participando de festa cultural promovida pelo educandário.



Fonte: Arquivo do acadêmico (2023).

Outro elemento cultural da comunidade Aninga citado pelo professor João refere-se a uma ação ambiental que destina-se a preservação de quelônios conhecidos na região como tracajás. “Os quelônios amazônicos do gênero *Podocnemis* se destacam por serem considerados importante fonte de proteína e energia para as populações estabelecidas nas bacias amazônica [...]” (Fonseca *et al.*, 2020, p. 13). Esses animais são vistos como iguaria exótica, por isso correm o risco de entrar em extinção, é o que alerta Fonseca *et al.*, (2020, p. 01):

[...] a captura para fins comerciais, que ocorre durante todo o ano e que se intensifica nos períodos de reprodução, juntamente com a coleta de ovos, são consideradas as principais ameaças para a sobrevivência e recuperação das populações de quelônios aquáticos do gênero *Podocnemis*.

Com o intuito de preservar esses animais, a escola municipal Santa Terezinha do Aninga desenvolve um projeto social e ambiental que consiste na coleta dos ovos dos quelônios e posteriormente cuidados com os filhotes que são armazenados em caixas d’águas sobre a tutela dos moradores que juntamente com os alunos realizam a soltura dos pequenos tracajás às margens do Lago Aninga. Tal fato pode ser evidenciado pela fala dos professores que enfatizam:

[...] um elemento cultural bastante interessante e importante aqui é a parte do meio ambiente, da preservação. [...] eles seguem bastante a risca. Tem também a soltura de quelônios, onde eles resgatam os ovos de tracajás e soltam depois à natureza. (Francisco, entrevista de campo, 2023).

[...] a gente busca trabalhar bastante o que existe aqui dentro da comunidade mesmo, por exemplo a questão do meio ambiente, a questão de cuidar dos quelônios, é uma cultura que eles vêm mantendo há muitos anos [...]. (Maria, entrevista de campo, 2023).

O projeto de soltura dos quelônios serve como conscientização à importância de preservar a natureza e tudo que ela nos proporciona. Trabalhar esta temática ambiental em sala de aula em muito contribui na manutenção cultural do local, uma vez que segundo relato dos moradores e professores, este projeto é desenvolvido há alguns anos, tendo sido compartilhado para mais de uma geração.

Além da soltura de quelônios como característica cultural da comunidade, professor Francisco relaciona a cultura do lugar ao folclore artístico da própria cidade de Parintins ao exemplificar os elementos culturais que compõe a comunidade, além de pontuar as relações afetivas entre familiares no Aninga:

Um exemplo que eu posso citar que está ligado a cultura de modo geral de Parintins é o folgado de quadrilhas. A quadrilha atualmente e as danças

folclóricas de modo geral estão ligadas a atualidade com músicas totalmente diferentes do que eram há um tempo atrás e aqui eles (moradores da comunidade do Aninga) seguem esse valor cultural de um antigo morador. Aqui na comunidade há muito respeito dos filhos pelos pais e eles são obedientes. Fazem primeiro os deveres e depois a parte de brincadeiras. (Francisco, entrevista de campo, 2023).

As quadrilhas são danças típicas que são executadas em muitos arraiais das escolas suburbanas pelo país em épocas dos festejos de São João e também no mês de agosto onde é comemorado o dia do folclore. Nestes tipos de festividades é notório a valorização do homem simples que torna-se protagonista por meio da realização de danças típicas que retratam seu modo de vida, além da comercialização de comidas regionais.

Na comunidade do Aninga se faz presente um grupo folclórico de quadrilha chamado “Fogo na Roça”, esta é composta tanto por moradores da comunidade, quanto por outros participantes de comunidades circunvizinhas e até mesmo da sede do município de Parintins.

A gente ver [...] que eles (comunitários) procuram preservar bastante as danças que tem aqui como as pastorinhas, as quadrilhas. São culturas que eles trazem lá detrás e estão fazendo de tudo para que isso não acabe. Com muita dificuldade eles estão conseguindo manter essa cultura [...]. (Maria, entrevista de campo, 2023).

Este ano a quadrilha Fogo na Roça foi vencedora de uma competição de grupos folclóricos realizado pela prefeitura Municipal de Parintins, no qual antecedeu o 56º Festival Folclórico da cidade, tornando-se motivo de orgulho para os comunitários. De acordo com Chianca (2006, p. 130) “as quadrilhas de competição são um jogo sério onde todos investem muito recursos, energia, sonhos e projetos, mobilizando-se para vencer os concursos, [...] envolve rivalidades e disputas internas e externas em troca de visibilidade, dinheiro e reputação.”.

Os ensaios realizados no período que antecede ao concurso de quadrilhas promovem a prática de sociabilidade entre comunitários e visitantes que participam do grupo folclórico. Este período é repleto de alegria e descontração, uma vez que muitos dos membros da quadrilha têm rotinas exaustivas durante o dia, e pela noite extravasam por meio de passos e gestos sincronizados ao comando do animador do grupo que conduz o ensaio.

Os elementos culturais evidenciados pelos professores e moradores da Comunidade de Santa Terezinha do Aninga nos revela que este lugar é culturalmente rico e todos os produtos culturais desenvolvidos neste local contribuem na formação de uma paisagem fortalecida, pois ainda que este espaço natural que rodeia a comunidade já tenha sido desbravado pela ação

humana, nota-se ainda o cuidado que os moradores têm em manter viva a biodiversidade e vegetação que compõe este ambiente.

A preservação natural e cultural do Aninga pode ser ainda mais enfatizada por meio de ações pedagógicas realizadas pela escola da comunidade em parceria com os próprios comunitários, no desenvolvimento de projetos que beneficiem a todos, por meio de um artefato social importantíssimo que contempla tanto o desenvolvimento educacional de crianças, como também o espaço que estas estão inseridas, o currículo escolar.

3.4 Currículo: o fio condutor das práticas pedagógicas no âmbito escolar

Assim como o termo cultura, a palavra currículo também não tem uma definição única e exata do que seja. Este pode abranger desde as áreas profissionais no sentido de identificação de habilidades e competências de um indivíduo à procura de emprego, ao âmbito educacional, no qual tem sido motivo de muitas discussões nos últimos anos.

Para evidenciar uma das inúmeras definições sobre currículo, Silva (2014) apresenta o conceito atribuído a este termo por William Pinnar que recorreu “à etimologia da palavra *curriculum* significando originalmente “pista de corrida”, deriva do verbo *currere*, em latim, correr (Silva, 2014, p. 43, grifo do autor). Neste sentido, pode-se compreender que o currículo é um caminho para a consolidação de uma carreira pessoal.

No âmbito educacional, esse percurso seria mais precisamente feito pelos estudantes que perpassam por etapas, com a finalidade de haver um desenvolvimento integral, visando sobretudo a preparação para o exercício pleno da cidadania e mercado de trabalho.

No que tange o currículo como fio condutor do desenvolvimento das atividades escolares, Libâneo; Oliveira; Toschi (2008, p. 362) conceituam currículo como “[...] conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendidos, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura”. Em síntese, o currículo escolar pode corresponder a diferentes setores pedagógicos na escola.

Na realidade educacional, por serem produtos de um ensino superior fragilizado, onde discussões curriculares muitas vezes não ganham a devida importância, além do desinteresse por este tema por parte de muitos acadêmicos, muitos professores acabam por não compreenderem as múltiplas finalidades e objetivos do currículo educacional. Esses profissionais convivem com distintos modelos de currículos, tais como o formal, o real e o oculto, porém acabam por enfatizar mais explicitamente seus conhecimentos acerca do

currículo formal, uma vez que é imposto a esses educadores seguirem um documento já estabelecido por trâmites legais preconizados por uma base comum ou referencial curricular.

Com o intuito de compreender como os docentes conceituam currículo escolar na prática, entrevistamos os professores da escola Municipal Santa Terezinha do Aninga que conceberam a esta temática definições não tão distintas, mas que evidenciam uma certa carência de informações acerca deste, visto apenas como um documento normativo, técnico e guia de atividades.

Ao ser questionado sobre o que entende por currículo o professor João respondeu que currículo [...] *está mais pautado no critério técnico, onde são direcionados conteúdos e esses têm que ser trabalhado em sala de aula. Têm que levar em conta o lugar que o aluno está inserido e o conhecimento que a criança traz de casa, para poder inserir no currículo e ser adaptado.* (João, entrevista de campo, 2023). Ao observarmos a resposta dada pelo docente, observa-se que este leva em consideração a especificidade de cada aluno por meio do conhecimento extraescolar já adquirido pelos educandos. Esta ação implica em resultados positivos às necessidades educacionais de sujeitos da aprendizagem que por meio de um currículo democrático e dinâmico podem desenvolver de maneira mais eficiente suas habilidades. O professor João também esclarece que

[...] o currículo escolar não é só um termo técnico que já vem do MEC (Ministério da Educação), a gente tem que expandir além dessas diretrizes educacionais. O currículo ele segue uma proposta. Todo ano a SEMED (Secretaria Municipal de Educação) faz um planejamento, eles veem os conteúdos a serem trabalhados por bimestre [...]. A gente tenta na medida do possível seguir essa proposta [...], mas a gente sempre tem a liberdade de atuar em conjunto com o que o aluno já tem de conhecimento, e a partir daí encaixar junto com as diretrizes que estão descritas nos conteúdos. (João, entrevista de campo, 2023).

Currículos técnicos disponibilizados por meio de sistemas de ensino e estabelecidos através de diretrizes são considerados currículos formais (Libâneo, 2001). Estes são compostos por parâmetros que direcionam a práxis do professor em sala de aula. Consistem em propostas que visam proporcionar uma aprendizagem considerada ideal aos alunos, através de métodos e disciplinas.

[...] currículo é um documento que a escola programa para ser trabalhado com os alunos com base na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), seja na parte social e obviamente de conteúdos também [...]. É a preparação de atividades que estão dentro do convívio do aluno. [...] O currículo é também uma seleção de conteúdos. (Francisco, entrevista de campo, 2023)

Pela fala do professor Francisco percebe-se que em muitas escolas este tipo de documento curricular formal é seguido rigorosamente, de modo que acaba por ocasionar práticas pedagógicas com resquícios de um ensino tradicionalista, no qual os alunos são meros receptores de conhecimentos, não havendo uma interação participativa por todos os sujeitos em sala de aula neste processo de ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva o professor é a autoridade da classe, ele é o responsável por compartilhar informações essenciais ao aprendizado dos estudantes. Essa prática adotada em muitas escolas foi cunhada como “educação bancária” pelo patrono da educação brasileira, Paulo Freire. O educador tece críticas aos modelos de ensino do Brasil vigentes no país durante sua vida, porém, apesar dos significativos avanços reflexivos acerca de práticas pedagógicas no ensino nos últimos anos, essa educação opressora ainda se mantém e resiste às contraposições reflexionistas sobre o modo de ensinar.

Segundo Freire (1987, p. 20) “os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. Essa generosidade citada por Freire (1987) seria a oportunidade de acesso à educação escolar destinada à população. Porém, este direito está muito vinculado aos vieses capitalistas que almejam lucros por meio do ensino escolar mais precisamente através do currículo formal.

Na visão de Libâneo; Oliveira; Toschi (2008, p. 171) “a consolidação do capitalismo reforçou a convicção de que a educação podia ser mecanismo de controle social. Ela foi recomendada pelos teóricos da economia liberal do século XVIII como forma de tornar o povo ordeiro, obediente aos superiores.”. Para romper com essas imposições, Paulo Freire defende a educação por meio de um currículo escolar que coloque os estudantes na condição de sujeitos libertários reflexionistas.

Para ele “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem.”. (FREIRE, 1987, p. 22). Essa liberdade sugerida por Freire (1987) pode ser alcançada pelo intermédio de currículos que ainda formais e pautados apenas no guia didático das atividades, contemple as especificidades dos discentes, indo de encontro às violências simbólicas ocasionada por muitos currículos nas redes de ensino. A história da educação como prática de ensino escolar no Brasil nos mostra ações intencionais de exclusão dos saberes populares em sala de aula:

O popular, com seus saberes, suas crenças e seus pressupostos sobre o mundo, não aparecia no horizonte escolar. A partir do poder que conferia aos governantes a posse da “razão”, julgava-se sobre o verdadeiro e sobre o falso,

com a ilusão de impedir o crescimento de culturas que se achavam distanciadas dessa lógica. (Imbernón *et al.*, 2000, p. 176).

Essa prática exclusiva de saberes populares é comum nas escolas, uma vez que se privilegia atualmente o conhecimento cultivado a partir da apropriação das academias que, muitas vezes estão desvinculados da realidade do aluno na escola. Cortella (2016, p. 91) denuncia que:

[...] nos dias de hoje, a mídia (instrumento pedagógico poderoso) oferece uma noção bastante triunfalista da Ciência e aqueles que têm delimitado acesso ao pensamento crítico [...] acabam por se deixar levar pela convicção de que tudo isso ocorre em um outro mundo, fora deles e da possibilidade de também serem capazes de nele estarem presentes.

Deste modo, nota-se a apuração da desvalia e desqualificação de saberes do senso comum que podem sim adentrar ao campo do currículo escolar, esta ação beneficiaria no conhecimento de mundo dos alunos.

O currículo deve ser mais que um conglomerado de páginas com indicações do que se colocar em prática na sala de aula por meio de conteúdos, deve ser por excelência um artefato social que vise proporcionar reflexões que podem resultar em melhorias na qualidade de vida de todos aqueles que são contemplados por ele, sobretudo alunos de escolas periurbanas e também do campo que veem na educação, por meio do acesso a escola, meios de mudanças de vida, principalmente nos aspectos econômicos, porém, nota-se que o currículo escolar só tem sido visto de maneira simplificada e padronizada a partir do caráter formal, no qual poderíamos comparar a uma receita culinária, cujos ingredientes são os conteúdos e o cozinheiro é o professor, este se guia por meio de um receituário. É o que podemos notar a partir da resposta dada pela professora Maria, ao ser questionada sobre a definição de currículo escolar.

O currículo é todo conjunto de conteúdos que a escola quer trabalhar com as crianças. O nosso currículo é pronto que a Secretaria Municipal nos manda e a gente tem que seguir aqueles assuntos que estão ali juntos à BNCC e o RCA. Desses currículos a gente vai tirar tudo aquilo que as crianças precisam aprender [...]. É deles que tiramos os eixos temáticos para trabalhar com eles (alunos). (Maria, entrevista de campo, 2023).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) citada pela professora é um documento normativo que:

[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de

aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018, p. 07).

Esta Base tem sido um guia fundamental no trabalho do professor que se apropria de eixos temáticos, habilidades e objetos de conhecimento, instrumentos essenciais para a aprendizagem, sugeridos para serem desenvolvidos em sala de aula, afim de promover um ensino que atenda às satisfações das necessidades básicas educacionais dos estudantes. De forma otimista, a BNCC foi apresentada à sociedade de modo geral como uma forma de suprir as problemáticas educacionais do país, além de servir como auxílio para amenização das desigualdades na Educação Básica do Brasil, conforme é evidenciado em sua apresentação:

A BNCC por si só não altera o quadro de desigualdades ainda presentes na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto, homologado da Base. (Brasil, 2018, 05).

Não se pode negar que esta Base em muito tem contribuído no processo de ensino-aprendizagem de alunos, uma vez que esta aparentemente foi elaborada por especialistas competentes, com o propósito de obtenção da melhoria da qualidade de ensino, porém, em decorrência das já consolidadas desigualdades sociais que afetam o meio escolar, esta acaba por se tornar uma ferramenta utópica que não beneficia por inteiro a realidade de muitos alunos, pois o contexto do sistema de ensino no Brasil, sobretudo público, carece de materiais e estrutura adequada para que sejam trabalhados os conteúdos escolares por meio das disciplinas, além do mais, por ser um país plural com características físicas e culturais diferentes, a BNCC acaba por não contemplar de maneira integral a realidade escolar dos alunos, permanecendo sob as raízes de uma educação colonizadora.

Apesar de ter seu uso obrigatório em sala de aula, professores podem e devem adequar os conteúdos propostos pela BNCC para que seja contemplado o contexto do aluno, contrapondo a um currículo formal estagnado, pois, mais que um simples guia intencional pedagógico de atividades, o currículo escolar também envolve outros fatores, tais como discussões acerca de poder, de identidade, política e cultura (Lopes; Macedo, 2011), temáticas que rodeiam o meio escolar. Isto pode ser evidenciado pela fala da professora Maria que de acordo com a mesma, tem a autonomia para adaptar propostas curriculares oriundas dos órgãos educacionais:

[...] o currículo não é pronto e acabado, ele vem esboçado e agente que senta e faz o planejamento usando esses materiais mencionados, no caso o currículo da SEMED, a BNCC [...] e o RCA. Então a gente busca trabalhar eles todos juntos. A gente pega um pouco daqui, um pouco dali, tem que ver o que é prioridade para aluno, o que o aluno precisa até o final do ano saber, então a gente se preocupa bastante com essa questão. A gente procura trabalhar aquilo que o aluno realmente precisa. Esses currículos são apoios, suportes, não é algo que você tem que trabalhar arrisca. (Maria, entrevista de campo, 2023).

Essa prática de analisar currículos já estabelecidos cuja finalidade é aplicá-los em sala de aula é uma ação que necessita do diálogo entre os professores e demais profissionais da escola para discutirem as melhores maneiras para o desenvolvimento das atividades, levando em consideração todos os aspectos presentes na escola, como os parâmetros econômicos e socioculturais, onde a finalidade é sobretudo propiciar uma aprendizagem com base no que realmente o aluno precisa aprender e, isso pode ser perceptível por meio de diagnósticos que servem como mapeamento das dificuldades em sala de aula. Por isso, faz-se necessário a adoção do planejamento e também do projeto pedagógico curricular, estes configuram-se como importantes mecanismos pedagógicos à toda comunidade escolar.

O planejamento curricular é definido por Lopes; Macedo (2011, p. 63) como “[...] a criação e aplicação de critérios para a formulação de um plano eficaz de ensino, constituído de objetivos e conteúdos, assim como de orientações didáticas e critérios de avaliação”. Neste sentido, “planejar seria definir metas e estabelecer formas de atingi-las de maneira eficaz com economia de tempo e recursos”. (Lopes; Macedo, 2011, p. 60).

Quanto ao projeto pedagógico curricular, de acordo com Libâneo; Oliveira; Tosch (2008, p. 357), este é “[...] um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos”. Este tipo de planejamento visa organizar os ideais comuns a todos na escola, ou seja, uma unidade de pensamentos que visa expressar aspirações e interesses dos educadores quanto às práticas pedagógicas executadas.

Um planejamento alinhado às dificuldades de aprendizagem dos alunos, em consonância à BNCC e demais documentos normativos certamente irão sanar ou diminuir problemáticas enfrentadas pela comunidade escolar que por conseguinte serão refletidas na sociedade, por isso, faz-se necessário a implementação de um currículo que seja “[...] democrático, isto é, garantir a todos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas da cidadania [...]” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, 365).

Sendo o fio condutor das práxis pedagógicas na escola, o currículo deve atender não apenas e exclusivamente as necessidades básicas de aprendizagens dos alunos, deve abranger às necessidades da comunidade como um todo, no qual se respeite a cultura do entorno da escola e de todas as culturas singulares nela presente, deve acolher a diversidade no sentido de promover práticas de valores morais com a finalidade de obtenção de respeito e empatia pelas diferenças. Um bom currículo implica no fortalecimento da identidade pessoal e da subjetividade dos alunos, no qual não deve apenas “[...] favorecer a diversidade entre o alunado, mas também de promover em cada aluno competências distintas que os tornem mais plenos e autônomos em seu desenvolvimento pessoal, o que, sem dúvida, pode facilitar igualmente seu êxito profissional.” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2008, 366).

3.5 Multiculturalismo como componente curricular em sala de aula

Não há como falar de ensino e educação sem levar em conta a cultura produzida pelo homem. Educação não se dissocia da cultura, pois a educação é o elemento primordial na transmissão da cultura em si. Observamos pelo cotidiano escolar que esse espaço de conhecimento é diversificado e abrange múltiplos elementos culturais presentes nos modos de agir dos alunos, por isso, é importante se atentar à valorização das culturas, sobretudo das minorias e grupos étnicos presentes e pertencentes na escola por meio do multiculturalismo. Segundo Silva (2014, p. 85):

[...] o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados [...] para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, também como uma solução para os “problemas” [...] de grupos raciais e étnicos [...].

Por ser um espaço socializador e de construção de sociabilidade, a escola é um ambiente fundamental para a discussão de temáticas culturais que contribuem no fortalecimento de culturas que historicamente foram subalternizadas pelas culturas dominantes arraigadas ao pensamento eurocêntrico que ainda perdura na sociedade. Portanto, é de fundamental importância refletir sobre o papel dos currículos na escola como uma ferramenta de apoio para a valorização da diversidade étnico-racial em nosso país.

A Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 também conhecida como LDB (Lei de diretrizes e Bases da Educação) preconiza em seu Art. 3º mediante aos incisos:

- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial.

Desta maneira, percebe-se um devido valor à importância da efetivação de práticas educacionais que contemple esses aspectos no sentido que venha a propiciar uma aprendizagem que se contrapõe a um ensino técnico, metódico e desestimulante aos alunos pautado apenas no repasse de conteúdos disciplinares. Neste sentido, a LDB 9394/96 tem como pretensão objetivo reduzir o distanciamento que há entre a escola e os saberes culturais do povo brasileiro que não se constitui de maneira igualitária, por isso há a necessidade de criação de currículos multiculturais que possam abranger todos os fatores socioculturais presentes na nação, obtendo assim um ensino inclusivo, dinâmico, plural e democrático, por meio da ação da decolonialidade, que consiste na contraposição do ensino e valorização de culturas e conhecimentos eurocêntricos que ainda se fazem presentes arraigados na atual sociedade.

Nosso objetivo neste tópico é evidenciar e analisar como os professores da Escola Municipal Santa Terezinha do Aninga apropriam-se da cultura da comunidade e utilizam em sala de aula os elementos culturais produzidos pelos comunitários como formas de ensino, essenciais à aprendizagem dos estudantes.

Nas palavras do professor João, este profissional trabalha cultura com os alunos por meio das próprias disciplinas já estabelecidas com os currículos formais:

Na sala de aula a cultura [...] está presente na língua Portuguesa, quando você trabalha, por exemplo, os fatos da comunidade, histórias, lenda, contos, [...] também tem a Geografia, porque a partir desse momento que você faz esse conto, você traz os elementos que estão na geografia, a paisagem e o lugar; por exemplo [...] e a Ciência quando citados os seres que estão presentes ali (na comunidade) e logicamente a arte que têm a pintura e o desenho. (João, entrevista de campo, 2023).

Por estarem em torno de um espaço repleto de natureza, abrangendo uma incrível biodiversidade, os alunos da escola Santa Terezinha do Aninga têm o privilégio e inúmeras possibilidades de aprender cultura sem se dissociar dos conteúdos disciplinares trabalhados em sala de aula, uma vez que estes abrangem diferentes temáticas que podem se associar aos elementos culturais transmitidos na comunidade, tais como as lendas, o folclore, as músicas, culinária, indumentárias, entre outros.

De acordo com Lopes; Macedo (2011, p. 184-185) “[...] existe mais de uma cultura ou mais de um repertório de sentidos, nem todos são sempre considerados válidos como fontes para os conteúdos ou como cultura de pertencimento legítima e, em torno disso, se estabelece uma longa disputa”. Sendo assim, trabalhar culturas em sala de aula por meio de atividades lúdicas é uma forma de contribuir na formação crítico-reflexiva da criança no espaço, pois, ao ter contato com as diferenças culturais estabelecidas, essas desenvolvem a tomada de consciência política no sentido de analisar os aspectos diferenciais de cada povo, de cada manifestação cultural, e com isso passa a dá sentidos a tais.

Lopes; Macêdo (2011) enfatizam que há uma discussão de negociação acerca dos conteúdos culturais como componentes integrantes dos conteúdos a serem aplicados em sala de aula, para elas:

Ao mencionarmos culturas em negociação, estamos já assumindo o multiculturalismo como descrição da sociedade contemporânea e, portanto, rejeitando posturas conservadoras que o negam ou que defendem a cultura comum. Tais posturas se alicerçam na naturalização da diferença e podem ser caracterizadas pela crença na inferioridade das culturas de grupos minoritários que, por essa razão, deveriam ser abolidas por um projeto educacional que visasse à igualdade. (Lopes; Macedo, 2011, p. 187).

A inserção das culturas de minorias ou de grupos vistos historicamente como marginalizados contribui na autoestima desses que tendem a ser mais valorizados sob novas ópticas acerca do currículo. Por meio de um currículo multicultural, caberá ao professor ter domínio das temáticas culturais apresentadas, rompendo com o que fora estabelecido historicamente ao ensino, no qual ainda há resquícios de conservadorismo e exclusão, onde nem sempre é posto em evidência a contribuição de povos e demais populações importantes no processo de hibridização cultural de nosso país.

Essa exclusão de culturas se dá por diferentes fatores como o preconceito e a falta de conhecimentos necessário por parte de professores que compartilham aos alunos um ensino superficial, onde geralmente só são trabalhados em datas comemorativas como o dia dos povos indígenas, dia do folclore, dia da consciência negra, entre outras, é o que confirma a professora Maria:

[...] conforme o bimestre, a gente ver o que tem de cultural que dá para ser trabalhado. A gente procura mostrar para os alunos de onde eles vieram, quem são seus antepassados. [...] A gente estuda as culturas passadas e busca mostrar a questão cultural do município também, estudamos o porquê do festival na cidade, o porquê do índio, do negro. A gente trabalha cultura muito em cima das datas comemorativas para mostrar para as crianças que a gente mora em lugar muito pequeno perto de muita coisa que eles precisam

conhecer. A escola tenta trabalhar de uma forma que não isente a criança de conhecer também as [...] mudanças que estão acontecendo. (Maria, entrevista de campo, 2023).

Deste modo, nota-se que este cenário precisa ser reformulado no sentido que altere esta realidade, onde as crianças possam aprender por meio de fontes históricas contadas a partir dos próprios grupos sociais e povos tradicionais, rompendo com as narrativas executadas por meio de uma visão colonialista, tradicional, conservadora e elitista ainda predominante na rede de ensino do país.

Ensinar e aprender por via das fontes reais com enfoque aos oprimidos no processo histórico de hibridização do Brasil é uma maneira de desvelar fatos deturpados que privilegiaram opressores históricos que invisibilizaram populações e que de maneira errônea são evidenciados como heróis nacionais, excluindo grupos culturais que foram extremamente importantes no contexto de desenvolvimento da nação brasileira, porém, tais fatos são apresentados de modo fragmentado em sala de aula, no qual, nem sempre há esse reconhecimento e muitos menos valorização por parte dos currículos.

Neste sentido, percebe-se a imediata presença de currículos multiculturais para romper com essa realidade, pois elas refletem no modo de como o aluno se desenvolve em sociedade, contribuindo ainda mais em práticas de preconceito e racismo.

Para abordar cultura em sala de aula, os professores precisam estar atentos aos novos paradigmas e discussões sociais vigentes em nossa sociedade. É preciso que estes profissionais analisem todo o contexto da escola, observando diferentes fatores, para que assim de fato possa haver a efetivação de um currículo multicultural.

Nas palavras do professor Francisco esta ação de analisar o contexto social da escola Santa Terezinha do Aninga é algo já realizado por meio de planejamento com os professores e esta busca está em consonância com a realidade cultural da comunidade, com o intuito de dá atenção aos próprios fatos do local em que a escola está situada.

[...] a gente procura fazer um planejamento e em cima dele trabalhar a cultura local, por exemplo, aqui a gente procura estudar a sustentabilidade, a preservação do meio ambiente. [...] a gente (professores da escola) planeja, senta para conversar e ver como trabalhar essa parte de sustentabilidade, a parte cultural também do respeito, porque ao saírem daqui (os alunos) eles vão ter uma visão diferente na zona urbana, porque a gente sabe, que em toda escola tem diferentes classes, culturas, modos, comportamentos, e a gente sabe que eles vão ter um mundo novo para eles (alunos). (Francisco, entrevista de campo, 2023).

Trabalhar esses temas em sala de aula, possibilita aos alunos o acesso a um mundo diversificado, no sentido de que precisamos viver em harmonia com tudo aquilo que a natureza nos fornece. Essa ação de respeito entre as diferenças contribui na prática de harmonia e democracia, ações precisas para a consolidação de uma sociedade mais justa, que podem ser trabalhadas até mesmo pelo intermédio de atividades lúdicas e artísticas como menciona o professor:

Na parte artística, eu particularmente gosto muito de trabalhar essa parte de dança, teatro, música e desenho. É a forma do aluno se expressar; por exemplo, eles fazem o desenho livre e explicam sobre. Eu trabalho essa parte teatral que vai trabalhar essa parte de expressão do aluno, aceitar a opinião do próximo por meio de dinâmicas que vai fazer com que o aluno saiba ganhar e perder. Trabalho com eles o poema, os cordeis, geralmente eles declamam e por meio dessas atividades, segundo os pais, eles (alunos) perderam bastante a vergonha [...]. (Francisco, entrevista de campo, 2023).

Desta forma, percebe-se que trabalhar essa parte artística auxilia os alunos no desenvolvimento de suas habilidades que são evidenciadas por meio delas e que se constituem como componentes fundamentais no processo de desinibição dos alunos. A música por exemplo, é um modelo concreto de ferramenta que induz os estudantes a pensarem e se perceberem no mundo e a partir dela refletir sobre suas ações nele. “A música é uma forma de discurso tão antiga quanto a raça humana, um meio no qual as ideias acerca de nós mesmos e dos outros são articuladas em formas sonoras” (Swanwick, 2003, p. 18). Ainda de acordo com Swanwick (2003, p. 38), a música é:

[...] é uma forma de pensamento, de conhecimento. Como forma simbólica, ela cria um espaço onde novos insights tornam-se possíveis. [...] Ela é um valor compartilhado com todas as formas de discurso, porque estas articulam e preenchem os espaços entre diferentes indivíduos e culturas distintas.

A música, assim como o teatro, a dança, os desenhos, entre outros elementos artísticos, se consolidam como mecanismo de expressão dos indivíduos, são modos de retratar vivências, pensamentos e tecer críticas que partem de uma ação reflexiva da realidade que nos rodeia. Sendo assim, essas ferramentas contribuem no desenvolvimento educacional dos estudantes e devem ser introduzidos nos currículos escolares por meio das atividades lúdicas.

Sendo concebida também como produção artística, a cultura pode ser trabalhada em sala de aula justamente pelo próprio intermédio da disciplina de artes. Fusari; Ferraz (1993, p. 69-70) salientam que:

As produções artísticas presentes nas culturas das diversas sociedades humanas fazem parte direta e indiretamente da vida dos estudantes. Por isso, os aspectos artísticos e estéticos dessas culturas, em sua gama de elaborações históricas e contemporâneas, deverão mobilizar as escolhas dos conteúdos escolares em artes.

Desta forma, destacar as produções artísticas de minorias ou de povos e grupos sociais que foram subalternizados pelo currículo colonial tradicionalista, torna-se necessário para os alunos compreenderem a importância desses à arte brasileira de modo geral, além de refletirem sobre a necessidade de manterem essas produções como forma de reconhecimento e valorização como um ato político identitário de resistência.

Assim sendo, podemos concluir que o currículo multicultural é uma importante ferramenta social que busca igualar as diferenças culturais existentes em nossa sociedade, numa perspectiva que evidencia que nenhuma cultura deve estar subordinada a outra. O currículo multicultural visa evidenciar que epistemologicamente nenhum conhecimento cultural é superior a outro, logo, por intermédio da educação escolar, preconceitos e estereótipos devem ser combatidos, a fim de haver a promoção de um ensino mais dinâmico e socializador, necessário para a construção de um ensino mais justo, pois “deve-se tolerar e respeitar a diferença porque sob a aparente diferença há uma mesma humanidade.” (Silva, 2014, p. 86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa pode-se afirmar que a educação é uma fonte de transmissão cultural, uma importante ferramenta que tem caráter potencializador no combate à discriminação social e desigualdades predominantes em nosso atual contexto. Esta realidade pode ser alterada por meio de currículos que em consonância com os pressupostos de práticas da obtenção da dignidade humana, valorize os sujeitos pertencentes dos processos educacionais, vislumbrando a igualdade social, e a garantia de um ensino mais justo e acolhedor por meio de práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula.

Por intermédio das entrevistas com nossos sujeitos pesquisados alcançamos nossos objetivos de compreender os conceitos de cultura e de currículo a partir das próprias concepções apresentadas por eles. Os elementos culturais que compõem a comunidade de Santa Terezinha do Aninga nos revelaram o potencial cultural e educativo que aquele lugar detém e que se faz pertinente aplicá-los em sala de aula, contextualizando com atividades já pré-estabelecidas pelo currículo.

O currículo neste sentido configura-se como um artefato social passivo de contestamentos, no qual, sempre que necessário esse instrumento possa ser ajustado para atender as demandas sociais nesta era globalizada no entorno das instituições de ensino, haja vista que, como já pontuado, o currículo escolar não pode ser estático e exclusivo ao âmbito educacional, tendo em vista que este influencia diretamente nas ações extraescolares desenvolvidas pelos estudantes. Logo, é preciso analisar minuciosamente as propostas de conhecimento e ensino sugeridas pelos currículos, no qual seja levado em consideração diferentes abordagens do contexto sociocultural dos sujeitos.

Sendo a escola um espaço de compartilhamento de saberes por meio da interação social, torna-se pertinente práticas de reflexões que induza a construção de um currículo multicultural que valorize a diversidade presente nesse rico espaço de desenvolvimento que tem sido visto como um ambiente de soluções para problemáticas sociais. Sendo assim, as intenções curriculares devem traduzir-se em ações que compreendam a complexidade existente acerca da discussão multicultural.

Um currículo que valorize os elementos culturais, que contemple a singularidade dos alunos e que abarque o contexto social da comunidade em que a escola está presente, contribui no fortalecimento identitário da população, auxilia na formação crítica e política dos alunos e combate a meios opressivos de ensino que ainda estão arraigados na educação.

Portanto, é possível afirmar que o currículo escolar é uma importante ferramenta socioeducacional, por isso, faz-se necessário discussões mais amplas e reflexivas acerca deste componente pedagógico inserido nas escolas e que precisa de uma atenção maior quanto a sua aplicação na prática, uma vez que este tem sido concebido por muitos profissionais da educação apenas como documento normativo de caráter exclusivamente conteudista, um mito que deve ser extinto, tendo em vista que o currículo é abrangente e polissêmico, pois é direcionado por teorias políticas, de poder, valores, simultaneamente híbridos e articulados.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio Augusto. **O que é a cultura popular**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARROYO, Miguel G. **O currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018
- BROUGÈRE, Gilles. **A criança e a cultura lúdica**. São Paulo, 1998.
- CHIANCA, Luciana. **A festa do interior**: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX. Natal: Editora UFRN, 2006.
- CIZOTO, Sonelise Auxiliadora. DIÉGUEZ, Carla Regina Mota Alonso. PINTO, Rosângela de Oliveira Homem, **Homem, cultura e sociedade**. Londrina: Educacional S.A, 2016.
- CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.
- FILIPE, Fabiana Alvarenga. SILVA, Dayane dos Santos; COSTA, Áurea de Carvalho. Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 783-803, 2021.
- FONSECA, Raphael Alves et al. Manejo e conservação de quelônios na Amazônia brasileira (Edição 475). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 2, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e Prática da Libertação. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. FERRAZ, Heloísa Corrêa de Toledo. **Arte na Educação Escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.
- IMBERNON, Francisco. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. 2.Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEAL, Gyane Karol Santana. **A criança Ribeirinha e a sua relação com a ciência nos espaços não formais de Parintins-AM**. Parintins: Gáfica e Editora João XXIII, 2019.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBANELO, José Carlos. **Buscando a qualidade social do ensino**. In: Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Alice Casimiro. MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MELO, Thalita dos Santos Banzatti. Ratio Studiorum: uma revisão bibliográfica. **Humanidades em Perspectivas**, v. 2, n. 5, 2020.

MINAYO, M. C. de L. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABUSKE, E. A. **Antropologia filosófica**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SACRISTÁN, Gimeno J. GÓMEZ, AI Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa 4. ed. Artmed, 2009.

SANCHES, Cleber. **Fundamentos da cultura brasileira**. Manaus: Editora Travessia, 1999.

SANTOS, Adriana Regina; CASALI, Alípio Dias. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade contemporânea. **Olhar de Professor**, v. 12, n. 2, p. 207-231, 2009.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Tradução de Alda Oliveira e TEIXEIRA, Célia Regina; BEZERRA, Roseane Dal Bello. Escola, currículo e cultura (s): a construção do processo educativo na perspectiva da multiculturalidade. **Dialogia**, v. 6, p. 55-64, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre Esclarecimento – TCLE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO – TCLE

Título da Pesquisa: Os Elementos Culturais no Processo de Construção do Currículo Escolar em uma Escola do Município de Parintins”.

Pesquisador: Winglis Teixeira Machado. (E-Mail para contato: winglisia@gmail.com)

Pesquisador/Orientador: Eliseu da Silva Souza (E-Mail para contato: essouza@uea.edu.br)

Vossa Senhoria é convidado (a) a participar da pesquisa: **“Os Elementos Culturais no Processo de Construção do Currículo Escolar em uma Escola do Município de Parintins”** sob a responsabilidade do pesquisador **Winglis Teixeira Machado**, e-mail: winglisia@gmail.com e de seu orientador, Professor Mestre, Eliseu da Silva Souza, e-mail: essouza@uea.edu.br com endereço profissional no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP|UEA.

Por meio desta pesquisa, pretendemos conhecer a relação da cultura local com o processo de construção do currículo escolar nesta comunidade. Assim, queremos compreender a importância dos elementos culturais como fator de contribuição no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Os benefícios oriundos da pesquisa se concentram no campo do conhecimento, pois visam contribuir para os estudos teórico-metodológicos. Manteremos o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa. Para efeito do trabalho, os nomes dos participantes ao serem apresentados serão fictícios, preservando seus verdadeiros nomes, a menos que o (a) participante concorde com a apresentação do nome verdadeiro.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. **Solicitamos que autorize o pesquisador Winglis Teixeira Machado, possa observar, registrar por escrito, filmar e fotografar Vossa Senhoria durante as entrevistas.** Informamos ainda, que a qualquer momento a sua autorização pode ser retirada sem qualquer prejuízo.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto consentimento em participar da pesquisa, sendo filmado/a, fotografado/a e concedendo entrevistas e depoimentos aos pesquisadores.

Parintins, ____ de _____ de 2023

Nome da participante da pesquisa

Winglis Teixeira Machado
Pesquisador